

I PINHELI E VIAN FERRAGENS PARA CONSTRUÇÃO LTDA ME

RELATÓRIO MENSAL DE ATIVIDADES
Novembro de 2021



Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJX4Y 9ZTQ8 MT3ZV WVYTK

CONTATO

CURITIBA - PR

Tel.: (41) 3206-2754 / (41) 99189-2968
Av. Cândido de Abreu, 776, Sala 1306
Edifício World Business, Centro Cívico
CEP: 80530-000

MARINGÁ - PR

Tel.: (44) 3226-2968 / (44) 9 9127-2968
Av. João Paulino Vieira Filho, 625, Sala 906
Edifício New Tower Plaza, Torre II, Zona 01
CEP: 87020-015

SÃO PAULO - SP

Tel.: (11) 3135-6549 | (11) 98797-8850
Av. Paulista, nº 302 - 9º Andar
Ed. José Martins Borges - Bela Vista
CEP: 01310-000

www.marquesadmjudicial.com.br
marcio@marquesadmjudicial.com.br

Excelentíssima Senhora Doutora Juíza de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Cianorte – Estado do Paraná.

Dra. Sâmya Yabusame Terruel Zarpellon

Preliminarmente, cumpre informar que a apresentação do relatório mensal das atividades do devedor ao Juiz, para a devida juntada nos autos de Recuperação Judicial, faz parte do rol de deveres do Administrador Judicial, nos termos do art. 22, inc. II, alínea “c” da Lei 11.101/2005.

O presente relatório reúne e sintetiza as informações referentes ao mês de **Novembro de 2021**, da Recuperanda **I. Pinheli & E. Vian Ferragens Para Construção LTDA**, disponibilizadas por meio do escritório contábil denominado Escritório de Contabilidade CIC (representado pelo contador Sr. Reginaldo Storto —CRC/PR 060465/O), devendo-se fazer a ressalva de que tais informações apresentadas possuem caráter provisório, visto que ainda podem sofrer alterações até o final do exercício contábil.

As análises e observações apresentadas no presente relatório estão embasadas em informações contábeis, financeiras e operacionais apresentadas pela Recuperanda, sob as penas do art. 171 da Lei 11.101/2005, bem como nas informações coletadas pela Administradora Judicial por meio da realização de inspeções periódicas nas instalações da empresa, de informações prestadas pelos credores e terceiros interessados, e ainda da análise da movimentação processual.

Referido relatório possui o objetivo de demonstrar ao juízo, aos credores e demais interessados um resumo dos principais fatos ocorridos no período sob análise, primando sempre pela transparência, objetividade e ampla divulgação das informações pertinentes ao processo de recuperação judicial. Este relatório e demais documentos relacionados a presente recuperação judicial estão disponíveis para consulta no **Processo nº 0011331-18.2018.8.16.0069** e no site www.marquesadmjudicial.com.br.

Por fim, esta Administradora Judicial permanece à disposição para o esclarecimento de eventuais dúvidas remanescentes.

Maringá/PR, 20 de janeiro de 2022.



M. MARQUES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
ADMINISTRADORA JUDICIAL
CNPJ Nº 07.166.865/0001-71 | OAB/PR Nº 6.195
Profissional Responsável: **MARCIO ROBERTO MARQUES**
OAB/PR nº 65.066 | OAB/SP nº 459.319



ÍNDICE

1. SUMÁRIO EXECUTIVO	4
2. ATIVIDADES DA RECUPERANDA	7
3. INFORMAÇÕES OPERACIONAIS	10
4. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS	14
5. ENDIVIDAMENTO	28
6. PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL	38
7. INFORMAÇÕES PROCESSUAIS	43
8. GLOSSÁRIO	57
9. ANEXOS	59



1. SUMÁRIO EXECUTIVO



Sumário Executivo

ASSUNTO	OBSERVAÇÕES
Atividades da Recuperanda	Ante a crise vivenciada pela Recuperanda, essa enfrentou diversas dificuldades, tais como a falta de material para compra dentro do país, as baixas de preços e forte concorrência. Na busca pela superação das dificuldades, a Recuperanda adotou algumas medidas, das quais se destacam o aumento do desconto em pagamento à vista visando a melhoria do giro de caixa, o estabelecimento de metas, as divulgações publicitárias visando atrair clientes, entre outras.
Informações Operacionais	Pertinente a estrutura societária e organizacional não houve quaisquer modificações em relação ao mês antecedente. Tratando-se do quadro de funcionários, no período em apreço a Recuperanda promoveu a demissão de um funcionário, findando o mês com 4 (quatro) funcionários ativos.
Informações Financeiras	No período em análise, a Recuperanda apresentou um aumento de 78,43% no Disponível enquanto que houve redução de 1,4% no saldo do Imobilizado, quando comparado com o mês anterior. No que se refere a Receita Operacional Bruta , verificou-se redução de 7,2% e, também, nas Deduções da Receita Bruta , de 7,2% , em relação ao mês anterior.
Endividamento	No que tange aos credores concursais, a Recuperanda apresentou aos movs. 1.31 ao 1.34 a relação nominal de credores, em consonância ao art. 51, III LFRJ, na qual perfazia o montante total de R\$ 5.602.234,37 . Ademais, no mov. 121 a Administradora Judicial apresentou a Relação de Credores elaborada nos termos do art. 7º, §2º, da LFRJ, na qual perfaz o importe de R\$ 3.772.295,02 . Em 10/09/2020 (mov. 634), restou homologado o Quadro Geral de Credores, consoante relação apresentada pela AJ e, ao mov. 923, restou apresentado o QGC Retificado, em razão da inclusão de credor trabalhista oriundo de Ação de Retificação de Quadro Geral de Credores, resultando no valor total do passivo no importe de R\$ 3.775.635,32 . Quanto aos créditos extraconcursais, a Recuperanda possui a monta de R\$ 1.161.999,73 , relativos aos Débitos Tributários e de Alienação Fiduciária , tendo como garantidos, os bens fiduciários no importe de R\$ 697.203,00 .



Sumário Executivo

ASSUNTO	OBSERVAÇÕES
Plano de Recuperação Judicial	A Recuperanda apresentou o PRJ no mov. 109, o qual prevê no item 4 como principais meios de recuperação da empresa, restabelecer sua capacidade de compra de mercadorias para revenda, determinação correta do capital giro, ampliar a delegação de competências, implantação de eficiente sistema de apropriação de custos e aprimoramento de critérios para a determinação dos preços de vendas. Com a homologação do PRJ, todos os créditos trabalhistas já foram integralmente liquidados.
Informações Processuais	No mês em apreço, o representante ministerial exarou seu parecer no sentido de ciência quanto a decisão que homologou o Plano de Recuperação Judicial e concedeu a Recuperação Judicial à Recuperanda, bem como de concordância ao exarado pela Administradora Judicial quanto a exigência de certidões negativas a possibilitar a homologação do PRJ. Em sede recursal, foram apresentadas contrarrazões pela Recuperanda, nos Agravos de Instrumento interpostos pelo Banco Santander (Brasil) S.A. e Banco Bradesco S.A., os quais ainda estão em trâmite processual.



2. ATIVIDADES DA RECUPERANDA

- 2.1 HISTÓRICO DA RECUPERANDA
- 2.2 RAZÕES DA CRISE ECONÔMICO-FINANCEIRA
- 2.3 MEDIDAS ADOTADAS PARA A SUPERAÇÃO DA CRISE



Atividades da Recuperanda

Ante a crise vivenciada pela Recuperanda, essa enfrentou diversas dificuldades, tais como a falta de material para compra dentro do país, as baixas de preços e forte concorrência. Na busca pela superação das dificuldades, a Recuperanda adotou algumas medidas, das quais se destacam o aumento do desconto em pagamento à vista visando a melhoria do giro de caixa, o estabelecimento de metas, as divulgações publicitárias visando atrair clientes, entre outras.

2.1 HISTÓRICO DA RECUPERANDA

A Recuperanda **I. Pinheli & E. Vian Ferragens Para Construção LTDA – ME** iniciou suas atividades de forma modesta em 2006, com o intuito de atender a demanda cianortense, que não possuía uma empresa forte de referência no seguimento em questão. Aprioristicamente, a empresa iniciou suas atividades somente com 5 (cinco) funcionários e uma frota de 02 (dois) caminhões.

Tendo em vista o forte crescimento e expansão da empresa, bem como, os investimentos em novas tecnologias e a especialização no comércio de ferro para a construção civil, à época do pedido de Recuperação Judicial a empresa já possuía um quadro de funcionários com 09 colaboradores e, uma frota com 04 (quatro) caminhões. Desta feita, nos dias atuais a Recuperanda se tornou uma referência regional em sua área de atuação, qual seja, o setor siderúrgico.

Ademais, cumpre-se salientar que a comercialização de seus produtos não se limita só a região de Cianorte, atuando idem nas cidades vizinhas (Umuarama, Guaíra, Paranavaí, Colorado, São Jorge do Ivaí, Campo Mourão, Engenheiro Beltrão, Maringá, Paiçandu, Mandaguaçu, Marialva, Mandaguari, Jandaia do Sul, Apucarana, Arapongas, Londrina e etc.), possuindo como principais clientes depósitos de materiais de construção, e empresas do ramo de construção civil.

Destarte, mesmo com expressivo crescimento e consequente faturamento supra exposto, a crise econômica nacional, em especial a que assolou e ainda assola o segmento da construção civil, foi capaz de provocar forte retração nas vendas e, por conseguinte, nos resultados da empresa, o que fez com a mesma entrasse em uma forte crise financeira, que resultou, em curto espaço de tempo, em um endividamento crescente

2.2 RAZÕES DA CRISE ECONÔMICO-FINANCEIRA

A Recuperanda afirma que, apesar do grande lapso temporal de 12 (doze) anos de atuação no mercado, também sofreram com os impactos advindos do ambiente econômico instável que o mercado vivenciou sobretudo nos últimos anos, havendo declínio de faturamento. As principais causas da crise financeira, de acordo com a Recuperanda consistem na: (i) queda das obras de infraestrutura; (ii) o ajuste fiscal conduzido pelos governos federais e regionais; (iii) as dificuldades enfrentadas pelo mercado imobiliário, somadas com a crise no setor de construção civil e; (iv) a greve dos caminhoneiros que ocorreu durante o ano de 2018.

Diante tal cenário, a Recuperanda não encontrou outra solução que não fosse se submeter as condições impostas pelas instituições financeiras, que aos poucos foram comprometendo sua saúde financeira, que já estava em situação complexa devido aos fatores supraditos. A Recuperanda encontrou dificuldade em manter a captação de recursos, acarretando aumento nas despesas financeiras e, por consequência a redução nos seus resultados.



Atividades da Recuperanda

Ante a crise vivenciada pela Recuperanda, essa enfrentou diversas dificuldades, tais como a falta de material para compra dentro do país, as baixas de preços e forte concorrência. Na busca pela superação das dificuldades, a Recuperanda adotou algumas medidas, das quais se destacam o aumento do desconto em pagamento à vista visando a melhoria do giro de caixa, o estabelecimento de metas, as divulgações publicitárias visando atrair clientes, entre outras.

2.3 MEDIDAS ADOTADAS PARA A SUPERAÇÃO DA CRISE

Medidas adotadas

As principais medidas imediatas que vêm sendo adotadas para a superação da crise informadas pela Recuperanda são:

- Aumento de desconto em pagamento à vista, para melhoria do giro de caixa;
- Estabelecimento de metas conforme estrutura da empresa;
- Desconto de títulos em menor taxa;
- Negociação de grandes volumes com fornecedores, para melhores preços;
- Melhores taxas cartão de crédito;
- Fechamento de parcerias para compras de maiores volumes, para melhorar desconto;
- Aumento do mix de produtos;
- Divulgações publicitárias, atração de clientes;
- Abertura de novos fornecedores compras a prazo;

Principais dificuldades enfrentada

As principais dificuldades enfrentadas pela Recuperanda no período foram:

- Falta de material para compra dentro do país.
- Baixas de preços, concorrência forte.
- Renegociação de dívidas RJ que estavam indo para busca apreensão, avais e sócios.



3. INFORMAÇÕES OPERACIONAIS

- 3.1 ESTRUTURA SOCIETÁRIA
- 3.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL
- 3.3 UNIDADES DE NEGÓCIO
- 3.4 PRINCIPAIS FORNECEDORES E CLIENTES
- 3.5 COLABORADORES



Informações Operacionais

Pertinente a estrutura societária e organizacional não houve quaisquer modificações em relação ao mês antecedente. Tratando-se do quadro de funcionários, no período em apreço a Recuperanda promoveu a demissão de um funcionário, findando o mês com 4 (quatro) funcionários ativos.

3.1 ESTRUTURA SOCIETÁRIA

Em Novembro de 2021, não foram registradas mudanças na estrutura societária da Recuperanda, tais como: aportes de capital, investimentos em outras sociedades ou qualquer outra movimentação que produza alteração no capital social das empresas. A seguir, apresenta-se quadro demonstrativo da composição societária da Recuperanda:

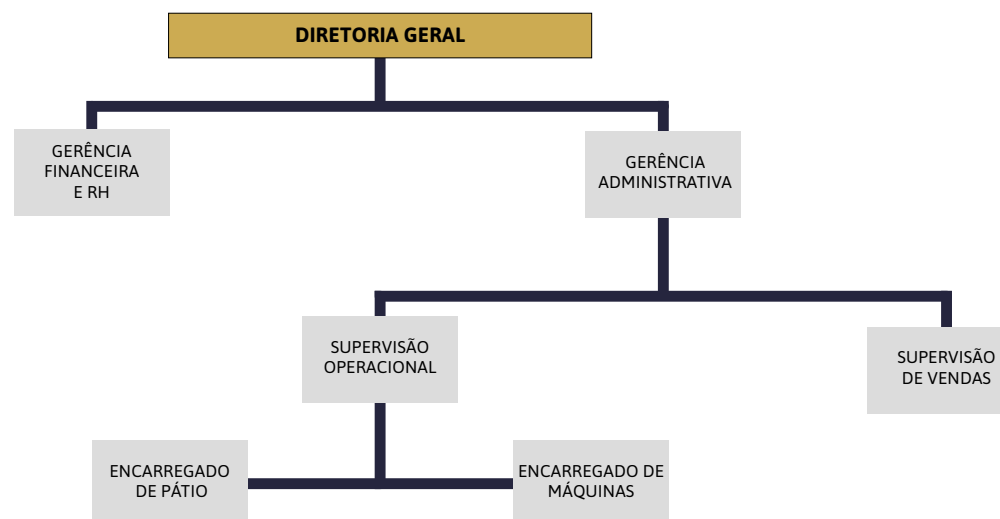
I. PINHELI & E. VIAN FERRAGENS PARA CONSTRUÇÃO LTDA – ME

Sócio	Nº de Quotas	Valor das Quotas (R\$)	Participação
Evandro Wagner Zanelato Vian	10.002	10.002,00	25,005%
Isabele Rodrigues Pinheli Vian	29.998	29.998,00	74,995%
Total	40.000	40.000,00	100%

Fonte: Informações obtidas com a Recuperanda

3.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

No que tange a estrutura organizacional, a Recuperanda apresentou na pg. 57 do PRJ juntado aos autos no mov. 109 o organograma da empresa, que segue infra.



Informações Operacionais

Pertinente a estrutura societária e organizacional não houve quaisquer modificações em relação ao mês antecedente. Tratando-se do quadro de funcionários, no período em apreço a Recuperanda promoveu a demissão de um funcionário, findando o mês com 4 (quatro) funcionários ativos.

3.3 UNIDADES DE NEGÓCIO

A empresa Recuperanda possui a seguinte unidade de negócio:

Razão Social	CNPJ	Localidade
I. Pinheli & E. Vian Ferragens Para Construção LTDA – ME	15.502.916/0001-17	Cianorte/PR

Fonte: Informações obtidas com a Recuperanda

3.4 PRINCIPAIS FORNECEDORES E CLIENTES

Os principais FORNECEDORES da Recuperanda no período foram:

Razão Social / Nome	CNPJ / CPF
Siderúrgica Norte Brasil S.A.	07.933.914/0001-54
Arcelomittal Brasil S/A	17.469.701/0064-50
Lima Tavares Ferragens LTDA	31.661.734/0001-45
A Campanerutti & CIA LTDA	81.229.346/0001-68
Nicodiesel Auto Pecas LTDA	10.570.081/0001-19
Aramepar Indústria e Comércio de Arames Ltda	03.169.698/0007-57
Transnordiesel - Auto Peças LTDA	04.095.023/0001-88
Mecânica Estrela	14.376.640/0001-05
Siga Recapagens de Pneus Eireli	11.575.509/0001-89
Gerdau Aços Longos S/A	07.358.761/0229-95

Fonte: Informações obtidas com a Recuperanda



Informações Operacionais

Pertinente a estrutura societária e organizacional não houve quaisquer modificações em relação ao mês antecedente. Tratando-se do quadro de funcionários, no período em apreço a Recuperanda promoveu a demissão de um funcionário, findando o mês com 4 (quatro) funcionários ativos.

Os principais CLIENTES da Recuperanda no período foram:

Razão Social / Nome	CNPJ / CPF
Pré Moldados Querência Ltda	01.073.299/0001-77
Edilson Modema	026.994.409-57
Marcelo Pedrosa de Paula	053.868.396-16
Fabiana Maria Geraldi Oliveira	838.957.109-97
Jaime Luiz Furlan	477.726.039-91
Artefatos de Cimento Inacio & Inacio – Durval Inacio	73.326.944/0001-27
Engekare Construtora Loteadora e Incorporadora EIRELI	26.927.048/0001-33
Forte Construtora Pré Moldados EIRELI	42.386.882/0001-15
Lucas Barboza Lazaro	076.079.149-00
Thalita Andressa Gaspar	042.348.499-01

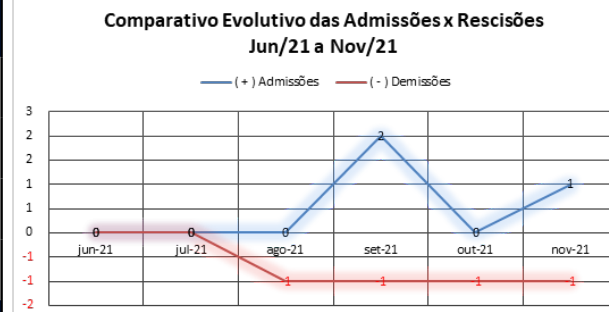
Fonte: Informações obtidas com a Recuperanda

3.5 COLABORADORES

A Recuperanda expôs a posição do quadro de funcionários referente ao mês de novembro de 2021, apresentando variação negativa de 20% na posição de colaboradores, conforme apresentado no gráfico seguinte:

FUNCIONÁRIOS	10/2021	11/2021
Quantidade Inicial	5	4
(+) Admissões	-	1
(-) Demissões	-1	-1
Total de Funcionários	4	4
Variação		0,00%

Fonte: I. Pinheli & E. Vian – Novembro de 2021.



4. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

- 4.1 BALANÇO PATRIMONIAL
- 4.2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO
- 4.3 ATIVO IMOBILIZADO
- 4.4 ÍNDICES FINANCEIROS



Informações Financeiras

No período em análise, a Recuperanda apresentou um aumento de **78,43%** no **Disponível** enquanto que houve redução de **1,4%** no saldo do **Imobilizado**, quando comparado com o mês anterior. No que se refere a **Receita Operacional Bruta**, verificou-se redução de **7,2%** e, também, nas **Deduções da Receita Bruta**, de **7,2%**, em relação ao mês anterior.

4.1 BALANÇO PATRIMONIAL

Apresenta-se a posição patrimonial da Recuperanda do mês de novembro de 2021. Destacam-se, a seguir, as principais variações ocorridas no período:

GRUPO PATRIMONIAL (valores em R\$)	out-21	nov-21	Variação	Ref.
ATIVO				
Circulante				
Disponível	1.145,22	2.043,47	78,43%	a
Clientes	0,00	0,00	0,00%	
Outros Créditos	190.105,39	181.736,64	-4,40%	
Estoques	1.052.821,13	1.009.339,35	-4,13%	
	1.244.071,74	1.193.119,46	-4,10%	
Não Circulante				
Realizável a Longo Prazo	0,00	0,00	0,00%	
Imobilizado	157.499,43	155.274,27	-1,41%	b
Intangível	0,00	0,00	0,00%	
	157.499,43	155.274,27	-1,41%	
TOTAL DO ATIVO	1.401.571,17	1.348.393,73	-3,8%	



Informações Financeiras

No período em análise, a Recuperanda apresentou um aumento de **78,43% no Disponível** enquanto que houve redução de **1,4%** no saldo do **Imobilizado**, quando comparado com o mês anterior. No que se refere a **Receita Operacional Bruta**, verificou-se redução de **7,2%** e, também, nas **Deduções da Receita Bruta**, de **7,2%**, em relação ao mês anterior.

GRUPO PATRIMONIAL (valores em R\$)	out-21	nov-21	Variação	Ref.
PASSIVO				
Circulante				
Instituições Financeiras	98.559,70	98.559,70	0,00%	
Empréstimos Particulares	0,00	0,00	0,00%	
Fornecedores	3.841.687,75	3.841.687,75	0,00%	
Obrigações Tributárias	0,00	0,00	0,00%	
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	106.177,23	110.581,61	4,15%	
Outras Obrigações	0,00	0,00	0,00%	
Recuperação Judicial	0,00	0,00	0,00%	
	4.046.424,68	4.050.829,06	0,11%	
Não Circulante				
Obrigações a Longo Prazo	0,00	0,00	0,00%	
Receitas Diferidas	0,00	0,00	0,00%	
	0,00	0,00	0,00%	
Patrimônio Líquido				
Capital Social	40.000,00	40.000,00	0,00%	
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-2.684.853,51	-2.742.435,33	2,14%	
	-2.644.853,51	-2.702.435,33	2,18%	
TOTAL DO PASSIVO	1.401.571,17	1.348.393,73	-3,8%	

Informações Financeiras

No período em análise, a Recuperanda apresentou um aumento de **78,43% no Disponível** enquanto que houve redução de **1,4%** no saldo do **Imobilizado**, quando comparado com o mês anterior. No que se refere a **Receita Operacional Bruta**, verificou-se redução de **7,2%** e, também, nas **Deduções da Receita Bruta**, de **7,2%**, em relação ao mês anterior.

4.2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO EXERCÍCIO

A Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), foi elaborada com base no balancete mensal fornecido pela Recuperanda, para o mês de novembro de 2021. Destacam-se, a seguir, as principais variações ocorridas no período:

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	out/21	nov/21	Variação	Ref.
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	250.274,10	232.291,46	-7,2%	c
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	-53.180,21	-49.359,18	-7,2%	d
CANCELAMENTOS E DEVOLUÇÕES	0,02	0,02	0,0%	
IMPOSTOS INCIDENTES SOBRE VENDAS	-53.180,23	-49.359,20	-7,2%	
(=) RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	197.093,89	182.932,28	-7,2%	
(-) CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	-223.456,21	-195.387,53	-12,6%	
(=) LUCRO BRUTO	-26.362,32	-12.455,25	-52,8%	
(+/-) DESPESAS OPERACIONAIS	-47.289,47	-46.099,27	-2,5%	
DE VENDAS	0,00	0,00	0,0%	
ADMINISTRATIVAS	-47.289,47	-46.099,27	-2,5%	
DESPESAS FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,0%	
DESPESAS TRIBUTARIAS	0,00	0,00	0,0%	
RECEITAS FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,0%	
(=) LUCRO OPERACIONAL LIQUIDO	-73.651,79	-58.554,52	-20,5%	
OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS	0,00	0,00	0,0%	
RESULTADO ANTES DA CS E IR	-73.345,38	-57.581,80	-21,5%	
PROVISÃO PARA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	0,00	0,00	0,0%	
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA	0,00	0,00	0,0%	
(=) LUCRO LIQUIDO DO EXERCICIO	-73.345,38	-57.581,80	-21,5%	



Informações Financeiras

No período em análise, a Recuperanda apresentou um aumento de **78,43% no Disponível** enquanto que houve redução de **1,4%** no saldo do **Imobilizado**, quando comparado com o mês anterior. No que se refere a **Receita Operacional Bruta**, verificou-se redução de **7,2%** e, também, nas **Deduções da Receita Bruta**, de **7,2%**, em relação ao mês anterior.

Notas:

- a) Em novembro/2021 a Recuperanda apresentou aumento de **78,43% no Disponível**, relativo ao saldo em **Caixa**, registrando o valor de **R\$ 2,04 mil contra R\$ 1,1 mil** no mês anterior.
- b) Verifica-se a redução de **1,4%** no saldo do **Imobilizado** quando comparado com o mês anterior, reflexo da contabilização mensal da depreciação dos itens, porém sem redução no valor original dos bens;
- c) Avaliando a **Receita Operacional Bruta** do mês de novembro/2021, verificou-se redução de **7,2%** em relação ao mês anterior, finalizando o mês com uma receita de **R\$ 232,9 mil contra R\$ 250,2 mil** no mês anterior;
- d) Da mesma forma, verifica-se que as **Deduções da Receita Bruta** reduziram **7,2%**, reconhecendo um valor de **R\$ 49,3 mil contra R\$ 53,1 mil** do mês anterior;



Informações Financeiras

No período em análise, a Recuperanda apresentou um aumento de **78,43%** no **Disponível** enquanto que houve redução de **1,4%** no saldo do **Imobilizado**, quando comparado com o mês anterior. No que se refere a **Receita Operacional Bruta**, verificou-se redução de **7,2%** e, também, nas **Deduções da Receita Bruta**, de **7,2%**, em relação ao mês anterior.

4.3 ATIVO IMOBILIZADO

Com o objetivo de complementar as informações apresentadas no item anterior, apresenta-se a seguir a posição do Imobilizado da Recuperanda em **30/11/2021**, demonstrada de forma analítica:

ATIVO IMOBILIZADO DA I. PINHELI & E. VIAN FERRAGENS PARA CONSTRUÇÃO LTDA ME EM 30/11/2021

GRUPO	SUBGRUPO	DESCRIÇÃO	SALDO ANTERIOR	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO ATUAL
IMOBILIZADO	BENS EM OPERAÇÃO	Computadores e Periféricos	16.690,18	0,00	0,00	16.690,18
		Aparelhos de Comunicação	436,00	0,00	0,00	436,00
		Instalações	6.960,66	0,00	0,00	6.960,66
		Máquinas e Ferramentas	257.509,36	0,00	0,00	257.509,36
		Móveis e Utensílios	22.445,70	0,00	0,00	22.445,70
		Veículos	180.330,00	0,00	0,00	180.330,00
Total BENS EM OPERAÇÃO			484.371,90	0,00	0,00	484.371,90
GRUPO	SUBGRUPO	DESCRIÇÃO	SALDO ANTERIOR	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO ATUAL
IMOBILIZADO	(-) DEPRECIACÃO OU AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	(-) Computadores e Periféricos	-16.690,18	0,00	0,00	-16.690,18
		(-) Aparelhos de Comunicação	-479,68	0,00	0,00	-479,68
		(-) Instalações	-5.573,81	0,00	-58,87	-5.632,68
		(-) Máquinas e Ferramentas	-95.039,16	0,00	-2.166,29	-97.205,45
		(-) Móveis e Utensílios	-28.759,64	0,00	0,00	-28.759,64
		(-) Veículos	-180.330,00	0,00	0,00	-180.330,00
Total (-) DEPRECIACÃO OU AMORTIZAÇÃO ACUMULADA			-326.872,47	0,00	-2.225,16	-329.097,63
TOTAL ATIVO IMOBILIZADO			157.499,43	0,00	-2.225,16	155.274,27

Fonte: Balancete Contábil da I. Pinheli & E. Vian Ferragens para Construção LTDA ME em 30/11/2021.



Informações Financeiras

No período em análise, a Recuperanda apresentou um aumento de **78,43% no Disponível** enquanto que houve redução de **1,4%** no saldo do **Imobilizado**, quando comparado com o mês anterior. No que se refere a **Receita Operacional Bruta**, verificou-se redução de **7,2%** e, também, nas **Deduções da Receita Bruta**, de **7,2%**, em relação ao mês anterior.

4.4 ÍNDICES FINANCEIROS

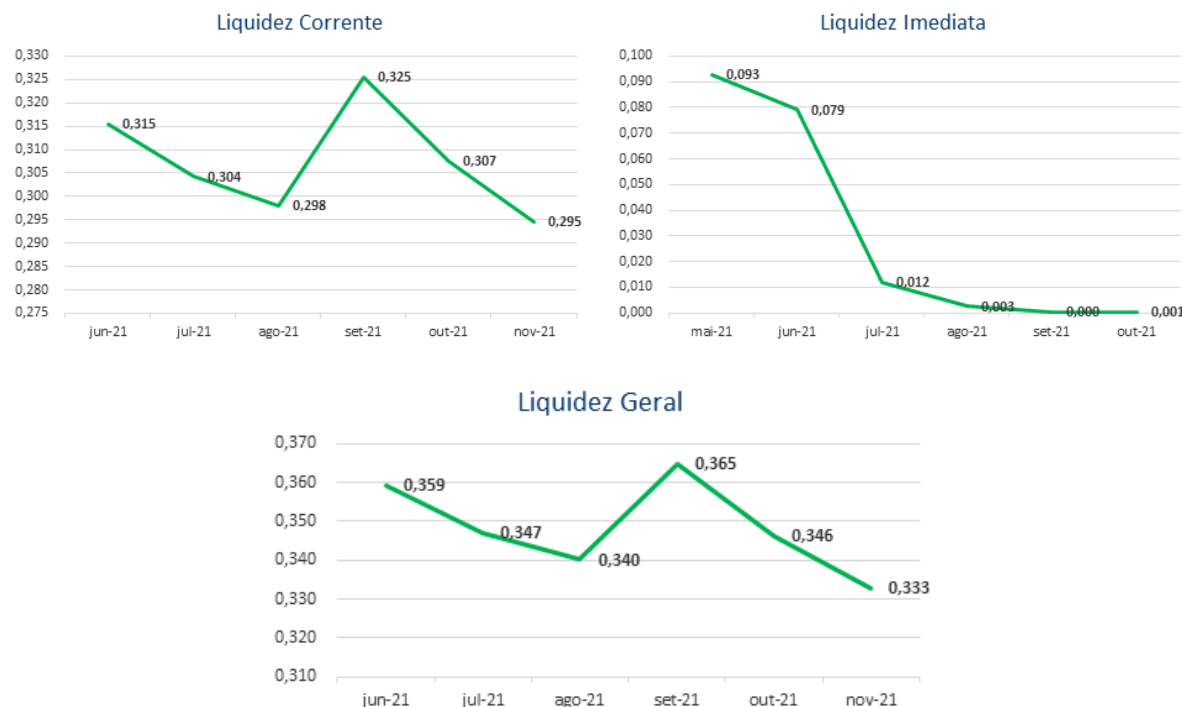
Apresentamos os índices obtidos com base nos demonstrativos contábeis apresentados pelo escritório responsável pela contabilidade da Recuperanda. Destacam-se, a seguir, as principais variações ocorridas no período:

Índices de Liquidez					
INDICADORES FINANCEIROS	FÓRMULA	out-21	Índice	nov-21	Índice
Liquidez Corrente	Ativo Circulante	1.244.071,74	0,307	1.193.119,46	0,295
	Passivo Circulante	4.046.424,68		4.050.829,06	
Liquidez Imediata	Ativo Disponível	1.145,22	0,000	2.043,47	0,001
	Passivo Circulante	4.046.424,68		4.050.829,06	
Liquidez Geral	Ativo Circulante + Não Circulante	1.401.571,17	0,346	1.348.393,73	0,333
	Passivo Circulante + Não Circulante	4.046.424,68		4.050.829,06	



Informações Financeiras

No período em análise, a Recuperanda apresentou um aumento de **78,43% no Disponível** enquanto que houve redução de **1,4%** no saldo do **Imobilizado**, quando comparado com o mês anterior. No que se refere a **Receita Operacional Bruta**, verificou-se redução de **7,2%** e, também, nas **Deduções da Receita Bruta**, de **7,2%**, em relação ao mês anterior.



O índice de **liquidez corrente** é o melhor indicador de solvência de curto prazo, pois revela a proteção dos credores em curto prazo por ativos, onde há uma expectativa que estes possam ser convertidos em dinheiro rapidamente.

O índice de **liquidez geral** é um indicador de solvência tanto de curto prazo quanto de longo prazo.

O índice de **liquidez imediata** é uma variação dos índices anteriores, porém, considera-se somente o quanto a empresa tem de dinheiro no curtíssimo prazo, como caixa, saldos bancários e aplicações financeiras com liquidez imediata, como CDBs sem carência e fundos de investimentos com resgate de cotas de D+0.

No mês de novembro/2021 a Recuperanda apresentou as seguintes variações nos seus índices: Liquidez Corrente (-4,2%), Liquidez Geral (-3,9%) e Liquidez Imediata (78,24%).



Informações Financeiras

No período em análise, a Recuperanda apresentou um aumento de **78,43%** no **Disponível** enquanto que houve redução de **1,4%** no saldo do **Imobilizado**, quando comparado com o mês anterior. No que se refere a **Receita Operacional Bruta**, verificou-se redução de **7,2%** e, também, nas **Deduções da Receita Bruta**, de **7,2%**, em relação ao mês anterior.

Índice de gestão de ativo					
INDICADORES FINANCEIROS	FÓRMULA	out-21	Índice	nov-21	Índice
Índice de giro de ativos fixos/ imobilizado	Receitas	250.274,10	1,589	232.291,46	1,496
	Ativo Imobilizado	157.499,43		155.274,27	
Índice de giro total de ativos	Receitas	250.274,10	0,179	232.291,46	0,172
	Ativo	1.401.571,17		1.348.393,73	



O índice de **giro de ativos** imobilizados mede a eficiência da empresa em relação ao uso de seu imobilizado. Ela indica como a empresa está usando seus ativos fixos, isto é, suas máquinas e equipamentos.

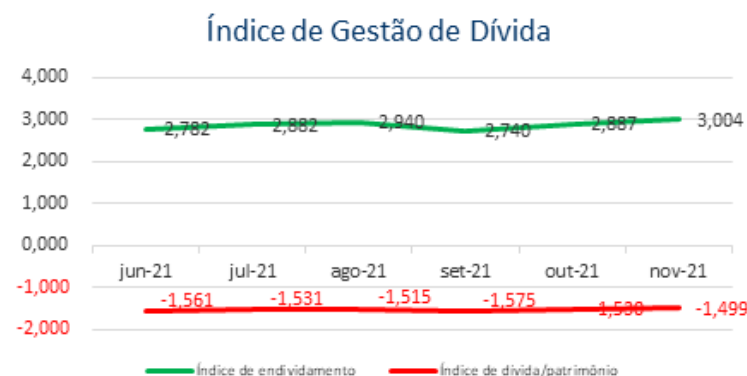
O índice de **giro do total** de ativos mede a eficiência com a qual a empresa utiliza todos seus ativos para gerar receitas. Ele indica o faturamento da empresa em comparação com o crescimento do ativo.

Os índices de **Gestão do Ativo** apresentaram redução no mês de novembro/2021 quando comparado com o mês anterior, conforme apresentado a seguir: Giro de Ativos Fixos/Imobilizado (-5,86%) e Giro Total de Ativos (-3,52%).

Informações Financeiras

No período em análise, a Recuperanda apresentou um aumento de **78,43%** no **Disponível** enquanto que houve redução de **1,4%** no saldo do **Imobilizado**, quando comparado com o mês anterior. No que se refere a **Receita Operacional Bruta**, verificou-se redução de **7,2%** e, também, nas **Deduções da Receita Bruta**, de **7,2%**, em relação ao mês anterior.

Índice de gestão de dívida					
INDICADORES FINANCEIROS	FÓRMULA	out-21	Índice	nov-21	Índice
Índice de endividamento	Passivo Circulante + ELP	4.046.424,68	2,887	4.050.829,06	3,004
	Ativo	1.401.571,17		1.348.393,73	
Índice de dívida/patrimônio	Passivo Circulante + ELP	4.046.424,68	-1,530	4.050.829,06	-1,499
	Patrimônio Líquido	-2.644.853,51		-2.702.435,33	



O índice de **endividamento**, também chamado de índice de endividamento total, é a relação entre o total de ativos e o total de passivos. Descrito em porcentagem, ele mede o percentual de fundos gerados pelos passivos circulantes e dívidas de longo prazo.

O índice de **dívida/patrimônio** informa quanto de patrimônio líquido a empresa tem para cada R\$ 1 de dívida. Esse índice tem a mesma finalidade que o índice de endividamento, porém, mostrado em moeda e não em percentual.

Verifica-se uma piora nos índices de Endividamento nos últimos meses e, quando comparado os meses de outubro e novembro/2021, verifica-se aumento de **4,06%** se comparado ao mês anterior.

O Índice de Dívida/Patrimônio, apresentou redução de **2,02%**, demonstrando um aumento do passivo da Recuperanda em relação ao seu Patrimônio Líquido que se encontra negativo.



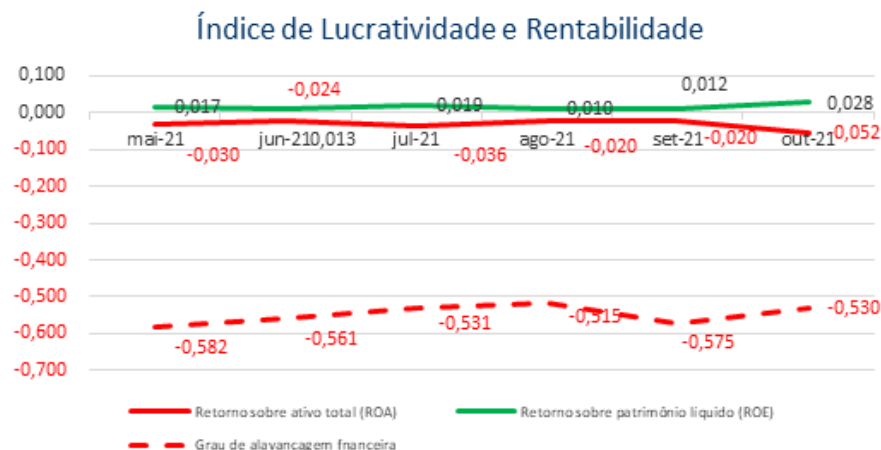
Informações Financeiras

No período em análise, a Recuperanda apresentou um aumento de **78,43% no Disponível** enquanto que houve redução de **1,4%** no saldo do **Imobilizado**, quando comparado com o mês anterior. No que se refere a **Receita Operacional Bruta**, verificou-se redução de **7,2%** e, também, nas **Deduções da Receita Bruta**, de **7,2%**, em relação ao mês anterior.

Índice de lucratividade e rentabilidade					
INDICADORES FINANCEIROS	FÓRMULA	out-21	Índice	nov-21	Índice
Margem de lucro líquido	Lucro Líquido	-73.345,38	-0,293	-57.581,80	-0,248
	Receita de Vendas	250.274,10		232.291,46	
Margem de lucro operacional	Lucro Operacional	-73.651,79	-0,294	-58.554,52	-0,252
	Receita de Vendas	250.274,10		232.291,46	
Margem de lucro bruto	Lucro Bruto	-26.362,32	-0,134	-12.455,25	-0,068
	Receita Operacional Líquida	197.093,89		182.932,28	
Índice de receita operacional/ total de ativos	Lucro Operacional	-73.651,79	-0,053	-58.554,52	-0,043
	Ativo	1.401.571,17		1.348.393,73	
Retorno sobre ativo total (ROA)	Lucro Líquido	-73.345,38	-0,052	-57.581,80	-0,043
	Ativo	1.401.571,17		1.348.393,73	
Retorno sobre patrimônio líquido (ROE)	Lucro Líquido	-73.345,38	0,028	-57.581,80	0,021
	Patrimônio Líquido	-2.644.853,51		-2.702.435,33	
Grau de alavancagem financeira	ROE	0,028	-0,530	0,021	-0,499
	ROA	-0,052		-0,043	

Informações Financeiras

No período em análise, a Recuperanda apresentou um aumento de **78,43% no Disponível** enquanto que houve redução de **1,4%** no saldo do **Imobilizado**, quando comparado com o mês anterior. No que se refere a **Receita Operacional Bruta**, verificou-se redução de **7,2%** e, também, nas **Deduções da Receita Bruta**, de **7,2%**, em relação ao mês anterior.



O **retorno sobre o ativo total** (em inglês, Return on Asset – ROA) também conhecido como retorno sobre o investimento, mede o retorno sobre o ativo total depois de juros e impostos. Este índice é considerado um dos mais importantes, pois indica a lucratividade da empresa em relação aos investimentos totais, representados pelo ativo total médio.

O **retorno sobre o patrimônio líquido** (em inglês, Return on Equity – ROE), indica quanto de prêmio os acionistas e proprietários estão obtendo em relação aos seus investimentos na empresa, isto é, o patrimônio líquido.

O **grau de alavancagem financeira** (GAF) é um importante indicador do grau de risco do qual a empresa está submetida, isto é, se há presença de capital de terceiros de longo prazo na estrutura de capital, identificando se a empresa está alavancada ou não.

Avaliando os índices de lucratividade e rentabilidade da Recuperanda, verificamos que a exemplo dos meses anteriores, em novembro/2021 os resultados apresentados não são bons, demonstrando resultados negativos para praticamente todos os índices.

Quanto ao índice de Retorno sobre o PL (ROE), ressalta-se que este se apresenta positivo em alguns meses devido ao PL da Recuperanda estar negativo.

Com base neste resultado, é salutar mencionar a necessidade da Recuperanda buscar a melhora dos seus resultados com vistas ao cumprimento do planejamento de RJ inicial dentro dos prazos estipulados.



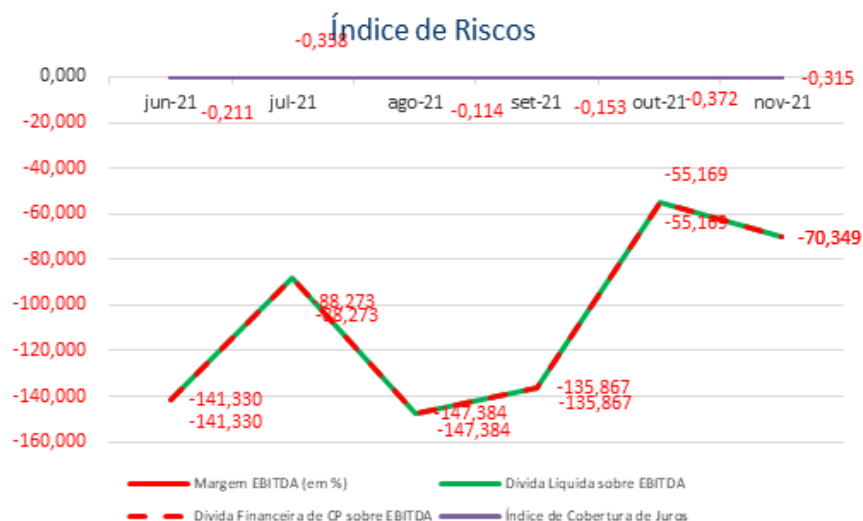
Informações Financeiras

No período em análise, a Recuperanda apresentou um aumento de **78,43%** no **Disponível** enquanto que houve redução de **1,4%** no saldo do **Imobilizado**, quando comparado com o mês anterior. No que se refere a **Receita Operacional Bruta**, verificou-se redução de **7,2%** e, também, nas **Deduções da Receita Bruta**, de **7,2%**, em relação ao mês anterior.

Índice de Riscos					
INDICADORES FINANCEIROS	FÓRMULA	out-21	Índice	nov-21	Índice
Margem EBITDA (em %)	EBITDA	-73.345,38	-0,372	-57.581,80	-0,315
	Receita Líquida	197.093,89		182.932,28	
Dívida Líquida sobre EBITDA	Dívida Financeira Líquida	4.046.424,68	-55,169	4.050.829,06	-70,349
	EBITDA	-73.345,38		-57.581,80	
Dívida Financeira de CP sobre EBITDA	Dívida Financeira de CP	4.046.424,68	-55,169	4.050.829,06	-70,349
	EBITDA	-73.345,38		-57.581,80	
Índice de Cobertura de Juros	EBIT	-73.345,38	#DIV/0!	-57.581,80	#DIV/0!
	Pagamento de Juros	0,00		0,00	

Informações Financeiras

No período em análise, a Recuperanda apresentou um aumento de **78,43% no Disponível** enquanto que houve redução de **1,4%** no saldo do **Imobilizado**, quando comparado com o mês anterior. No que se refere a **Receita Operacional Bruta**, verificou-se redução de **7,2%** e, também, nas **Deduções da Receita Bruta**, de **7,2%**, em relação ao mês anterior.



Margem EBITDA (em %): Mede a capacidade da empresa em gerar caixa operacional em função de sua capacidade de venda. Quanto maior, melhor.

Dívida Líquida sobre EBITDA: Destaca o valor da dívida da empresa em função de sua geração de caixa. Em empresas saudáveis esse índice não passa de três ou quatro vezes. Quanto maior, pior.

Dívida Financeira de CP sobre EBITDA: Destaca o valor da dívida financeira de curto prazo da empresa em função de sua capacidade de geração de caixa. Quanto maior, pior.

Índice de Cobertura de Juros: Avalia a capacidade da empresa em remunerar, em termos de caixa, seus credores com os recursos proveniente de seus ativos operacionais. Quanto maior, melhor.

No mês de novembro/2021 verificamos que todos os índices apresentam resultados inadequados, tendo em vista, principalmente, que as Recuperandas têm apresentado resultados negativos nos últimos meses, além do que possuem um alto grau de endividamento refletindo nos indicadores apresentados.



5. ENDIVIDAMENTO

5.1 CREDORES SUJEITOS A RECUPERAÇÃO JUDICIAL

5.2 CREDORES NÃO SUJEITOS A RECUPERAÇÃO JUDICIAL



Endividamento

No que tange aos credores concursais, a Recuperanda apresentou aos movs. 1.31 ao 1.34 a relação nominal de credores, em consonância ao art. 51, III LFRJ, na qual perfazia o montante total de **R\$ 5.602.234,37**. Ademais, no mov. 121 a Administradora Judicial apresentou a Relação de Credores elaborada nos termos do art. 7º, §2º, da LFRJ, na qual perfaz o importe de **R\$ 3.772.295,02**. Em 10/09/2020 (mov. 634), restou homologado o Quadro Geral de Credores, consoante relação apresentada pela AJ e, ao mov. 923, restou apresentado o QGC Retificado, em razão da inclusão de credor trabalhista oriundo de Ação de Retificação de Quadro Geral de Credores, resultando no valor total do passivo no importe de **R\$ 3.775.635,32**.

5.1 CREDORES SUJEITOS A RECUPERAÇÃO JUDICIAL

No momento da distribuição do pedido de Recuperação Judicial, a Recuperanda aos movs. 1.31 ao 1.34, apresentou a relação nominal de credores, em consonância ao art. 51, III LFRJ, na qual perfaz o montante total de **R\$ 5.602.234,37 (cinco milhões, seiscentos e dois mil, duzentos e trinta e quatro reais e trinta e sete centavos)**. Ademais, no mov. 121 a Administradora Judicial apresentou a Relação de Credores elaborada nos termos do art. 7º, §2º, da LFRJ, na qual perfaz o importe de **R\$ 3.772.295,02 (três milhões, setecentos e setenta e dois mil, duzentos e noventa e cinco reais e dois centavos)**. Em data de 10/09/2020, no mov. 634, a d. magistrada homologou o Quadro Geral de Credores, nos termos do art. 14 da LFRJ, consoante relação apresentada pela Administradora Judicial no mov. 121.

Não obstante, foi ajuizada Ação de Retificação de Quadro Geral de Credores, autos nº 0011257-90.2020.8.16.0069, pelo credor L G Bueno Sociedade de Advogados, tendo sido julgada procedente, determinando a inclusão do valor de R\$ 3.340,30 (três mil, trezentos e quarenta reais e trinta centavos) à Classe I – Créditos Trabalhistas, tendo sido apresentado o Quadro Geral de Credores Retificado, pela Administradora Judicial, ao mov. 923, resultando no valor total do passivo no importe de **R\$ 3.775.635,32 (três milhões, setecentos e setenta e cinco mil, seiscentos e trinta e cinco reais e trinta e dois centavos)**.

A seguir, apresenta-se a composição do crédito concursal das duas relações por classe de credores:

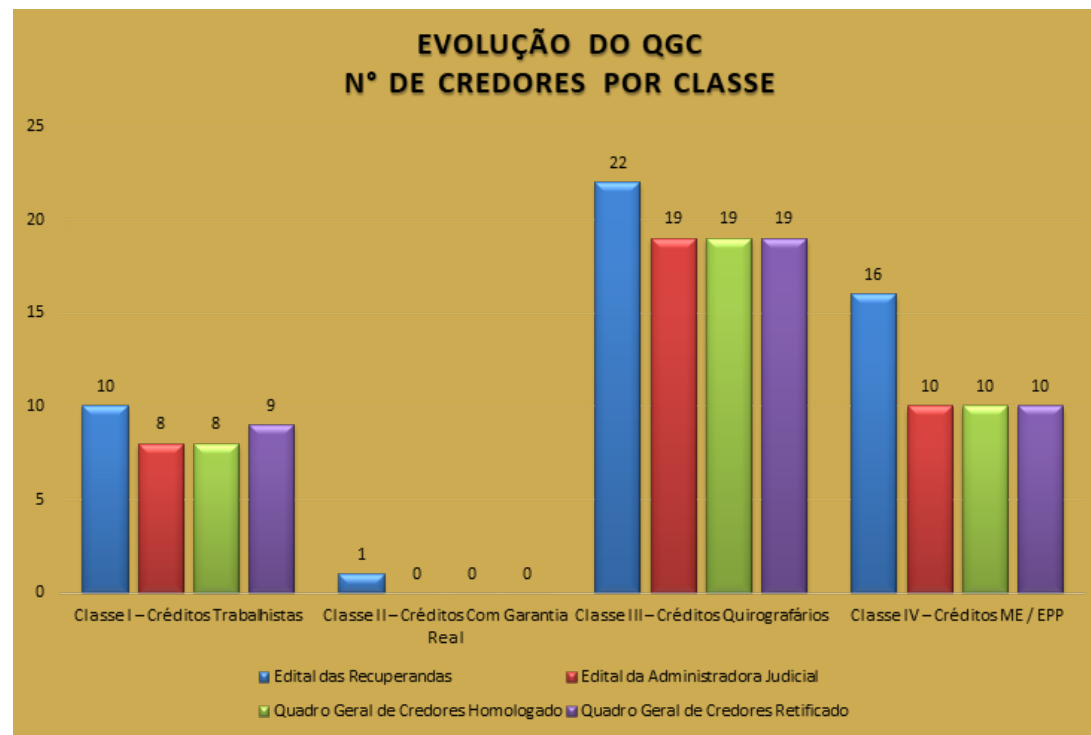
Classe	Moeda	Edital da Recuperanda		Edital da Administradora Judicial		Quadro Geral de Credores Homologado		Quadro Geral de Credores Retificado	
		Nº de Credores	Valor (Em Reais)	Nº de Credores	Valor (Em Reais)	Nº de Credores	Valor (Em Reais)	Nº de Credores	Valor (Em Reais)
Classe I – Créditos Trabalhistas	BRL	10	39.184,81	8	26.095,22	8	26.095,22	9	29.435,52
Classe II – Créditos Com Garantia Real	BRL	1	709.662,00	-	-	-	-	-	-
Classe III – Créditos Quirografários	BRL	22	4.639.793,50	19	3.662.204,30	19	3.662.204,30	19	3.662.204,30
Classe IV – Créditos ME / EPP	BRL	16	213.594,06	10	83.995,50	10	83.995,50	10	83.995,50
Total		49	5.602.234,37	37	3.772.295,02	37	3.772.295,02	38	3.775.635,32

Fonte: Edital da Recuperanda, Edital da Administradora Judicial, Quadro Geral dos Credores Homologado e Quadro Geral dos Credores Homologado Retificado



Endividamento

No que tange aos credores concursais, a Recuperanda apresentou aos movs. 1.31 ao 1.34 a relação nominal de credores, em consonância ao art. 51, III LFRJ, na qual perfazia o montante total de **R\$ 5.602.234,37**. Ademais, no mov. 121 a Administradora Judicial apresentou a Relação de Credores elaborada nos termos do art. 7º, §2º, da LFRJ, na qual perfaz o importe de **R\$ 3.772.295,02**. Em 10/09/2020 (mov. 634), restou homologado o Quadro Geral de Credores, consoante relação apresentada pela AJ e, ao mov. 923, restou apresentado o QGC Retificado, em razão da inclusão de credor trabalhista oriundo de Ação de Retificação de Quadro Geral de Credores, resultando no valor total do passivo no importe de **R\$ 3.775.635,32**.

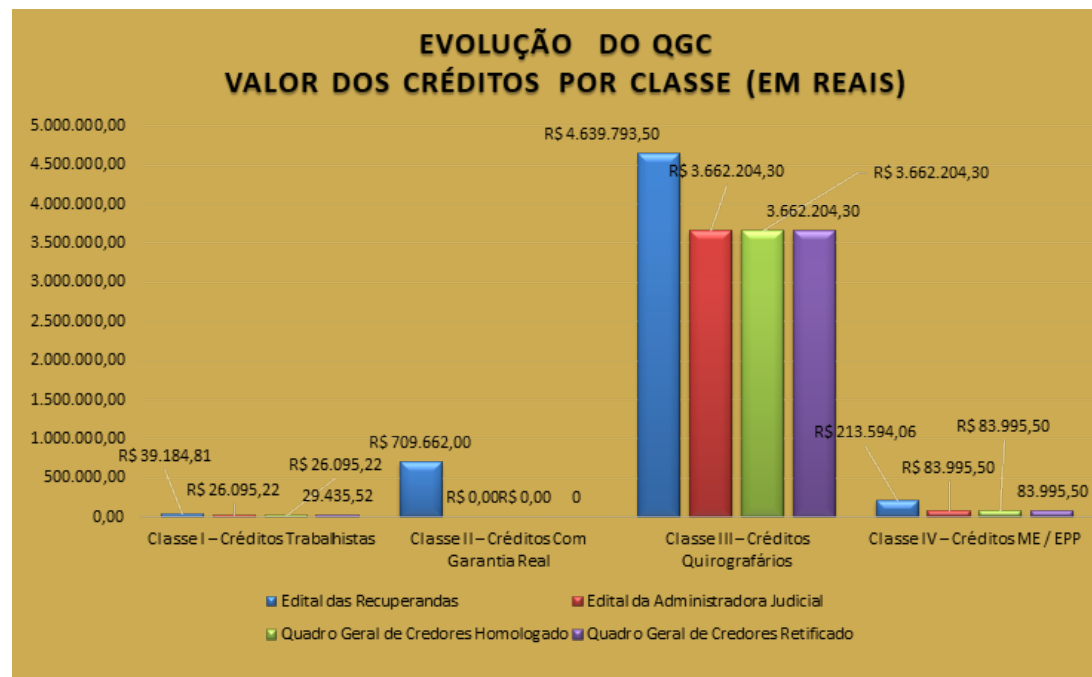


Fonte: Edital da Recuperanda, Edital da Administradora Judicial, Quadro Geral dos Credores Homologado e Quadro Geral de Credores Retificado.



Endividamento

No que tange aos credores concursais, a Recuperanda apresentou aos movs. 1.31 ao 1.34 a relação nominal de credores, em consonância ao art. 51, III LFRJ, na qual perfazia o montante total de **R\$ 5.602.234,37**. Ademais, no mov. 121 a Administradora Judicial apresentou a Relação de Credores elaborada nos termos do art. 7º, §2º, da LFRJ, na qual perfaz o importe de **R\$ 3.772.295,02**. Em 10/09/2020 (mov. 634), restou homologado o Quadro Geral de Credores, consoante relação apresentada pela AJ e, ao mov. 923, restou apresentado o QGC Retificado, em razão da inclusão de credor trabalhista oriundo de Ação de Retificação de Quadro Geral de Credores, resultando no valor total do passivo no importe de **R\$ 3.775.635,32**.

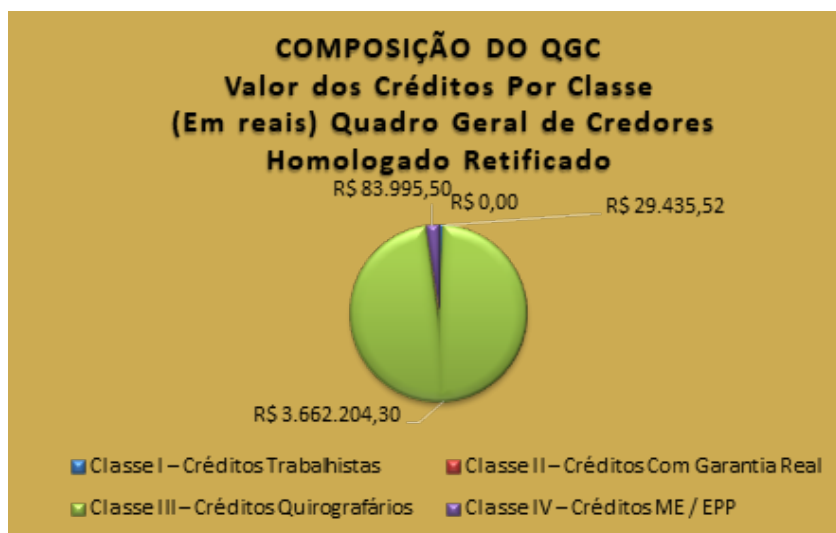
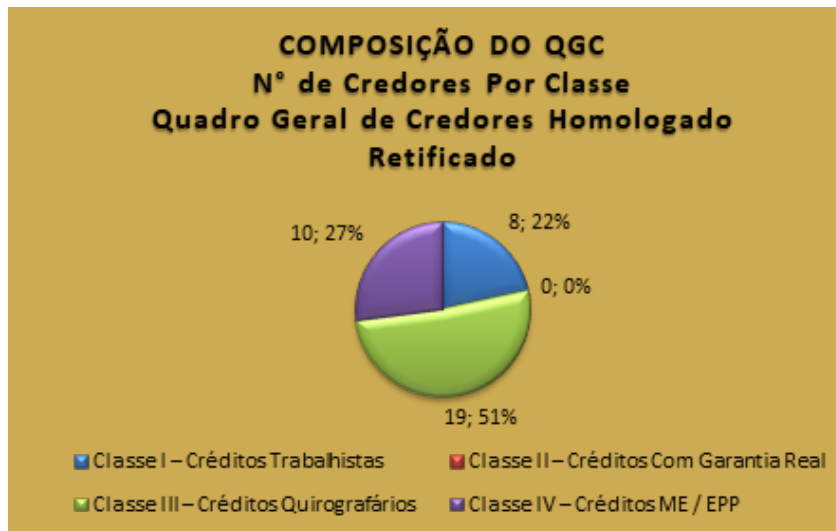


Fonte: Edital da Recuperanda, Edital da Administradora Judicial, Quadro Geral dos Credores Homologado e Quadro Geral de Credores Retificado.



Endividamento

No que tange aos credores concursais, a Recuperanda apresentou aos movs. 1.31 ao 1.34 a relação nominal de credores, em consonância ao art. 51, III LFRJ, na qual perfazia o montante total de **R\$ 5.602.234,37**. Ademais, no mov. 121 a Administradora Judicial apresentou a Relação de Credores elaborada nos termos do art. 7º, §2º, da LFRJ, na qual perfaz o importe de **R\$ 3.772.295,02**. Em 10/09/2020 (mov. 634), restou homologado o Quadro Geral de Credores, consoante relação apresentada pela AJ e, ao mov. 923, restou apresentado o QGC Retificado, em razão da inclusão de credor trabalhista oriundo de Ação de Retificação de Quadro Geral de Credores, resultando no valor total do passivo no importe de **R\$ 3.775.635,32**.



Fonte: Quadro Geral de Credores Homologado Retificado.

Endividamento

Quanto aos créditos extraconcursais, a Recuperanda possui a monta de **R\$ 1.161.999,73**, relativos aos **Débitos Tributários e de Alienação Fiduciária**, tendo como garantidos, os bens fiduciários no importe de **R\$ 697.203,00**.

5.2 CREDORES NÃO SUJEITOS A RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Em contato direto pela Administradora Judicial com a Recuperanda, foi solicitada a relação de credores não concursais para elaboração do presente Relatório Mensal de Atividades. A seguir, apresenta-se a composição do crédito extraconcursal da relação por natureza dos créditos:

Natureza do Crédito Extraconcursal	Moeda	Nº de Credores	Valor (Em Reais)
Débitos Tributários/Previdenciários	BRL	2	110.337,73
Contratos de Alienação Fiduciária	BRL	1	1.051.662,00
Cessão Fiduciária de Títulos / Direitos Creditórios	BRL	-	-
Arrendamentos Mercantis	BRL	-	-
Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC)	BRL	-	-
Obrigação de Fazer, de Dar e/ou de Entregar	BRL	-	-
Obrigações líquidas	BRL	-	-
Total		3	1.161.999,73

Fonte: Informações apresentadas pela Recuperanda e Balancete contábil em 30/11/2021.



Fonte: Informações apresentadas pela Recuperanda e Balancete contábil em 31/11/2021.



Endividamento

Quanto aos créditos extraconcursais, a Recuperanda possui a monta de **R\$ 1.157.839,23**, composto pelo valor de **R\$ 106.177,23** relativos aos Débitos Tributários, e de **R\$ 1.051.662,00**, de Alienação Fiduciária, tendo como garantidos, os bens fiduciários no importe de **R\$ 697.203,00**

5.2.1 Débitos Tributários/Previdenciários

Apresenta-se a seguir a posição dos Débitos Tributários da I Pinheli & E. Vian Ferragens para Construção Ltda., existentes em **30/11/2021**:

GRUPO	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
OBRIGAÇÕES TRABALHISTA E PREVIDENCIARIAS	OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL	R\$ 9.793,86
	OBRIGAÇÕES PREVIDENCIARIAS	R\$ 24.431,68
Total Obrigações Trabalhistas		R\$ 34.225,54
GRUPO	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	R\$ 60.740,67
	TRIBUTOS RETIDOS A RECOLHER	R\$ -
	TRIBUTOS PARCELADOS	R\$ 15.371,52
Total Obrigações Tributárias		R\$ 76.112,19
Total Geral Débitos em 30/11/2021		R\$ 110.337,73

Fonte: Balancete Contábil da I Pinheli & E. Vian Ferragens para Construção Ltda. em 30/11/2021.



Endividamento

Quanto aos créditos extraconcursais, a Recuperanda possui a monta de **R\$ 1.157.839,23**, composto pelo valor de **R\$ 106.177,23** relativos aos Débitos Tributários, e de **R\$ 1.051.662,00**, de Alienação Fiduciária, tendo como garantidos, os bens fiduciários no importe de **R\$ 697.203,00**

5.2.2 Contratos de alienação fiduciária

Apresenta-se a seguir a posição dos Contratos de Alienação Fiduciária existentes:

Devedor	Credor	CNPJ/CPF	Tipo de doc.	Número	Garantias	Valor garantido pela alienação fiduciária (R\$)
I Pinheli & E. Vian Ferragens para Construção Ltda.	Caixa Econômica Federal	00.360.305/0001-04	Cédula de Crédito Bancário – Empréstimo BNDS	3851-714-00000002-48	Alienação Fiduciária: Alienação Fiduciária: 01 Máquina de coluna automática modelo CL700 D6 NSE 084, garantindo 100% do contrato.	342.000,00
I Pinheli & E. Vian Ferragens para Construção Ltda.	Caixa Econômica Federal	00.360.305/0001-04	Cédula de Crédito Bancário – Empréstimo à Pessoa Jurídica	14.3851.606.0000007-69	Alienação Fiduciária: Alienação Fiduciária: Caminhão VW 24.250 CNC 6x2 2011/2012 Placa AUJ6385 e Caminhão Ford Cargo 2428E Belp SL 2011/2012 placa AUF-4236 Aval: Isabele Rodrigues Pinheli Vian e Evandro Wagner Zanelato Vian, garantindo 50% do contrato.	218.331,00
I Pinheli & E. Vian Ferragens para Construção Ltda.	Caixa Econômica Federal	00.360.305/0001-04	Cédula de Crédito Bancário – Empréstimo à Pessoa Jurídica	14.3851.606.0000008-40	Alienação Fiduciária: Alienação Fiduciária: Caminhão VW 24.280 CRM 6x2 2013/2014 Placa AYA5340 Aval: Isabele Rodrigues Pinheli Vian e Evandro Wagner Zanelato Vian, garantindo 50,13% do contrato.	136.872,00
TOTAL ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA I PINHELI & E. VIAN FERRAGENS PARA CONSTRUÇÃO LTDA EM 31/01/2021						697.203,00

Fonte: Posição elaborada pela I Pinheli & E. Vian Ferragens para Construção Ltda. em 31/01/2021, com saldo devedor de R\$ 1.051.662,00, sendo o valor de R\$ 697.203,00 garantido pelos bens alienados fiduciariamente.



Endividamento

Quanto aos créditos extraconcursais, a Recuperanda possui a monta de **R\$ 1.157.839,23**, composto pelo valor de **R\$ 106.177,23** relativos aos Débitos Tributários, e de **R\$ 1.051.662,00**, de Alienação Fiduciária, tendo como garantidos, os bens fiduciários no importe de **R\$ 697.203,00**

5.2.3 Cessão fiduciária de títulos/direitos creditórios

A empresa Recuperanda informou que nada consta para esse item.

5.2.4 Arrendamentos mercantis

A empresa Recuperanda informou que nada consta para esse item.

5.2.5 Adiantamento de contrato de câmbio (ACC)

A empresa Recuperanda informou que nada consta para esse item.

5.2.6 Obrigação de fazer, obrigação de dar e obrigação de entregar

A empresa Recuperanda informou que nada consta para esse item.

5.2.7 Obrigações ilíquidas

A empresa Recuperanda informou que nada consta para esse item.

5.2.8 Créditos pós ajuizamento da RJ (fiscal, trabalhista e outros)

A empresa Recuperanda informou que nada consta para esse item.



6. PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

- 6.1 MEIOS DE RECUPERAÇÃO
- 6.2 PROPOSTA DE PAGAMENTO
- 6.3 REALIZAÇÃO DE PAGAMENTOS



Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJX4Y 9ZTQ8 MT3ZV WVYTK

Plano de Recuperação Judicial

A Recuperanda apresentou o PRJ no mov. 109, o qual prevê no item 4 como principais meios de recuperação da empresa, restabelecer sua capacidade de compra de mercadorias para revenda, determinação correta do capital giro, ampliar a delegação de competências, implantação de eficiente sistema de apropriação de custos e aprimoramento de critérios para a determinação dos preços de vendas. Com a homologação do PRJ, todos os créditos trabalhistas já foram integralmente liquidados.

6.1 MEIOS DE RECUPERAÇÃO

A Recuperanda apresentou no item 4 do PRJ, os meios de recuperação que pretendem adotar visando o soerguimento da empresa, nos termos do art. 50 c/c art. 53, I, ambos da Lei de Recuperação de Empresas. Segue uma síntese dos referidos meios:

- I. Restabelecer sua capacidade de compra de mercadorias para revenda;
- II. Determinação correta do de capital giro, melhorando a gestão de seu fluxo de caixa;
- III. Ampliar a delegação de competências, que atualmente estão acumuladas na gerência administrativa, reduzindo a atual sobrecarga de atribuições na pessoa de sua gerente;
- IV. Implantação de eficiente sistema de apropriação de custos;
- V. Aprimorar os critérios para a determinação dos preços de vendas;
- VI. Implantar sistema de informações gerenciais que possibilite apuração de resultados mensais de forma perene;
- VII. Adotar novas práticas e procedimentos de gestão comercial, administrativa, econômica e financeira.

Além das medidas elencadas acima, a Recuperanda possui um planejamento econômico financeiro para reorganização das suas dívidas.



Plano de Recuperação Judicial

A Recuperanda apresentou o PRJ no mov. 109, o qual prevê no item 4 como principais meios de recuperação da empresa, restabelecer sua capacidade de compra de mercadorias para revenda, determinação correta do capital giro, ampliar a delegação de competências, implantação de eficiente sistema de apropriação de custos e aprimoramento de critérios para a determinação dos preços de vendas. Com a homologação do PRJ, todos os créditos trabalhistas já foram integralmente liquidados.

6.2 PROPOSTA DE PAGAMENTO

Consoante ao Plano de Recuperação Judicial apresentado ao mov. 109 dos autos, votado em Assembleia Geral de Credores (mov. 517) e homologado por meio do instituto Cram Down, conforme decisão de mov. 560, apresenta-se na sequência uma síntese da forma de pagamento proposta pela Recuperanda, por classe de credores:

Classe	Carência (exceto a Parcela Inicial)	Prazo para Pagamento	Correção Monetária	Deságio
Classe I Créditos Trabalhistas	-	30 dias após homologação do PRJ para os créditos até 5 salários mínimos.		Sem deságio.
Classe II Créditos Com Garantia Real	18 meses após a aprovação do plano em AGC.	120 meses, incluindo o período de carência (18 meses), com 102 parcelas mensais e sucessivas.	Os saldos devedores deverão ser corrigidos a partir da data da distribuição da petição inicial da Recuperação Judicial, ou seja, a partir de 29/10/2018, com base na variação mensal da Taxa Referencial (TR), aplicando-se a taxa de juros remuneratório de 6,0% a.a. (seis por cento) ao ano.	Sem deságio.
Classe III Créditos Quirografários	24 meses, a partir da data do trânsito em julgado da decisão judicial homologatória da (AGC) que aprovar o PRJ.	120 parcelas mensais fixas, iguais e consecutivas.	Os saldos devedores deverão ser corrigidos a partir da data da distribuição da petição inicial da Recuperação Judicial, ou seja, a partir de 29/10/2018, com base na variação mensal da Taxa Referencial (TR).	Será considerado um desconto (deságio) correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor total da dívida/contratação.
Classe IV Créditos ME / EPP	18 meses, a partir da data do trânsito em julgado da decisão judicial homologatória da (AGC) que aprovar o PRJ.	96 parcelas mensais fixas, iguais e consecutivas.	Os saldos devedores deverão ser corrigidos a partir da data da distribuição da petição inicial da Recuperação Judicial, ou seja, a partir de 29/10/2018, com base na variação mensal da Taxa Referencial (TR).	Será considerado um desconto (deságio) correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor total da dívida/contratação.

Fonte: Plano de Recuperação Judicial da Recuperanda (mov. 109)



Plano de Recuperação Judicial

A Recuperanda apresentou o PRJ no mov. 109, o qual prevê no item 4 como principais meios de recuperação da empresa, restabelecer sua capacidade de compra de mercadorias para revenda, determinação correta do capital giro, ampliar a delegação de competências, implantação de eficiente sistema de apropriação de custos e aprimoramento de critérios para a determinação dos preços de vendas. Com a homologação do PRJ, todos os créditos trabalhistas já foram integralmente liquidados.

6.3 REALIZAÇÃO DE PAGAMENTOS

Classe	Subclasse	Valor Total (em reais)	Valor Liquidado (em reais)	Prazo para Pagamento	Venc. (PRJ)	% de Liquidação Subclasse
Classe I Créditos Trabalhistas	Até 5 salários mínimos	11.935,52	11.935,52	Pagamento em até 30 dias após aprovação do plano.	06/07/2020	100%
	Acima de 5 salários mínimos	17.500,00	17.500,00	Pagamento em 1 ano após a aprovação do plano.	07/06/2021	100%
Classe II Créditos Com Garantia Real	-	-	-	-	-	-
Classe III Créditos Quirografários	-	3.662.204,30	-	120 parcelas mensais fixas, iguais e consecutivas.	-	0%
Classe IV Créditos ME / EPP	-	83.995,50	-	18 parcelas mensais fixas, iguais e consecutivas.	-	0%

Nota: Tendo em vista ter sido julgada procedente a Ação de Retificação de Quadro Geral de Credores, autos nº 0011257-90.2020.8.16.0069, ajuizada pelo credor L G Bueno Sociedade de Advogados, determinando a inclusão do valor de R\$ 3.340,30 (três mil, trezentos e quarenta reais e trinta centavos) à Classe I – Créditos Trabalhistas, já apresentado o QGC Retificado ao mov. mov. 923, bem como por já ter sido alcançado o vencimento do pagamento dos credores da mencionada classe, a Recuperanda promoveu o pagamento do crédito em tela, em data de 11/08/2021, já tendo sido contabilizado no quadro acima.

Plano de Recuperação Judicial

A Recuperanda apresentou o PRJ no mov. 109, o qual prevê no item 4 como principais meios de recuperação da empresa, restabelecer sua capacidade de compra de mercadorias para revenda, determinação correta do capital giro, ampliar a delegação de competências, implantação de eficiente sistema de apropriação de custos e aprimoramento de critérios para a determinação dos preços de vendas. Com a homologação do PRJ, todos os créditos trabalhistas já foram integralmente liquidados.



Fonte: Plano de Recuperação Judicial e Comprovantes de Pagamento Juntados nos Autos.



7. INFORMAÇÕES PROCESSUAIS

- 7.1 DADOS PROCESSUAIS
- 7.2 ANDAMENTO PROCESSUAL
- 7.3 RECURSOS
- 7.4 CRONOGRAMA PROCESSUAL



Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJX4Y 9ZTQ8 MT3ZV WVYTK

Informações Processuais

No mês em apreço, o representante ministerial exarou seu parecer no sentido de ciência quanto a decisão que homologou o Plano de Recuperação Judicial e concedeu a Recuperação Judicial à Recuperanda, bem como de concordância ao exarado pela Administradora Judicial quanto a exigência de certidões negativas a possibilitar a homologação do PRJ. Em sede recursal, foram apresentadas contrarrazões pela Recuperanda, nos Agravos de Instrumento interpostos pelo Banco Santander (Brasil) S.A. e Banco Bradesco S.A., os quais ainda estão em trâmite processual.

7.1 DADOS PROCESSUAIS

Nos termos da Recomendação nº 72, apresenta-se na sequência um apontamento sobre a duração dos prazos processuais, considerando-se em dias corridos para todas as respostas:

Item da Recomendação 72	Descrição do Item	Resposta	Referência
Item 2.3.1	A devedora é: () empresa de pequeno porte EPP; (X) microempresa (ME); () empresa média; () empresa grande; () grupos de empresas; () empresário individual.	A devedora é uma microempresa.	Mov. 1.10
Item 2.3.2	Houve litisconsórcio ativo: () sim (X) não (Em caso positivo, ____ (indicar número) litisconsortes ativos e o Plano de recuperação foi () unitário () individualizado)	O pedido de Recuperação Judicial foi realizado apenas pela empresa I. Pinheli & E. Vian Ferragens para Construção LTDA – ME (CIA FERRO)	Mov. 1.1
Item 2.3.3	Os documentos que instruíram a petição inicial indicaram o valor do passivo: tributário (X) sim () não / demais créditos excluídos da RJ: (X) sim () não	Foi juntada relação de credores dos créditos sujeitos à Recuperação Judicial, no mov. 1.31 a 1.34 e, ainda, a relação do passivo fiscal no mov. 1.35.	Mov. 1.31 a 1.35
Item 2.3.4	Houve realização de constatação prévia: () sim (X) não (Em caso positivo) a constatação foi concluída em ____ dias	Não houve determinação de constatação prévia pelo juízo.	-
Item 2.3.5	O processamento foi deferido (X) sim () não (Em caso positivo, em quanto tempo? 37 dias desde a distribuição da inicial. Houve emenda da inicial? (X) sim () não (Em caso negativo, em se tratando de litisconsorte, indicar: () indeferimento para todos os litisconsortes; () indeferimento para ____ (indicar número) litisconsortes, indicar fundamento legal para indeferimento)	A petição inicial foi distribuída 29/10/2018 e o processamento foi deferido no dia 05/12/2018. O juízo determinou a emenda à inicial em data de 08/11/2018 (mov. 16).	Mov. 16 e 21



Informações Processuais

No mês em apreço, o representante ministerial exarou seu parecer no sentido de ciência quanto a decisão que homologou o Plano de Recuperação Judicial e concedeu a Recuperação Judicial à Recuperanda, bem como de concordância ao exarado pela Administradora Judicial quanto a exigência de certidões negativas a possibilitar a homologação do PRJ. Em sede recursal, foram apresentadas contrarrazões pela Recuperanda, nos Agravos de Instrumento interpostos pelo Banco Santander (Brasil) S.A. e Banco Bradesco S.A., os quais ainda estão em trâmite processual.

Item 2.3.6.1	Qual o tempo decorrido entre: a distribuição da inicial e a relação de credores elaborada pelo administrador judicial: 163 dias	A Recuperação Judicial foi distribuída em data de 29/10/2018 e a relação de credores elaborada pela Administradora Judicial foi apresentada em data de 10/04/2019, após 163 dias.	Mov. 121
Item 2.3.6.2	Qual o tempo decorrido entre: a decisão de deferimento do processamento e a relação de credores elaborada pelo administrador judicial: 126 dias	A decisão que deferiu o processamento da Recuperação Judicial foi proferida em data de 05/12/2018, e a relação de credores elaborada pela Administradora Judicial, em data de 10/04/2019, após 126 dias.	Mov. 21 e 121
Item 2.3.6.3	Qual o tempo decorrido entre: a distribuição da inicial e a realização da primeira assembleia de credores para deliberar sobre o plano de recuperação: 403 dias	O pedido de Recuperação Judicial foi realizado em 29/10/2018 e a 1ª Assembleia Geral de Credores aconteceu em data de 06/12/2019, após 403 dias.	Mov. 517.2
Item 2.3.6.4	Qual o tempo decorrido entre: a distribuição da inicial e a aprovação do plano de recuperação pela assembleia de credores: 403 dias	O pedido de Recuperação Judicial foi realizado em 29/10/2018 e a 1ª Assembleia Geral de Credores aconteceu em data de 06/12/2019, que aprovou o Plano de Recuperação Judicial, após 403 dias.	Mov. 517.2
Item 2.3.6.5	Qual o tempo decorrido entre: a distribuição da inicial e a aprovação ou rejeição do plano de recuperação judicial pela assembleia de credores: 1033 dias	O pedido de Recuperação Judicial foi realizado em 29/10/2018, tendo sido proferida decisão aprovando o PRJ e concedendo a RJ ao mov. 560 (05/06/2020). Ocorre que o Agravo de Instrumento nº 0039354-16.2020.8.16.0000 declarou nula a mencionada decisão, determinando que o juízo de origem proferisse nova decisão sanando os todos os questionamentos das Objeções de crédito. Assim, ao mov. 945, em 27/08/2021, foi proferida nova decisão de aprovação do PRJ e concessão da RJ, resultando no decurso de 1033 dias entre os eventos em tela.	Mov. 945.1

Informações Processuais

No mês em apreço, o representante ministerial exarou seu parecer no sentido de ciência quanto a decisão que homologou o Plano de Recuperação Judicial e concedeu a Recuperação Judicial à Recuperanda, bem como de concordância ao exarado pela Administradora Judicial quanto a exigência de certidões negativas a possibilitar a homologação do PRJ. Em sede recursal, foram apresentadas contrarrazões pela Recuperanda, nos Agravos de Instrumento interpostos pelo Banco Santander (Brasil) S.A. e Banco Bradesco S.A., os quais ainda estão em trâmite processual.

Item 2.3.6.6	Qual o tempo decorrido entre: a distribuição da inicial e a concessão da recuperação judicial (homologação do plano); 1033 dias	O pedido de Recuperação Judicial foi realizado em 29/10/2018, tendo sido proferida decisão aprovando o PRJ e concedendo a RJ ao mov. 560 (05/06/2020). Ocorre que o Agravo de Instrumento nº 0039354-16.2020.8.16.0000 declarou nula a mencionada decisão, determinando que o juízo de origem proferisse nova decisão sanando os todos os questionamentos das Objeções de crédito. Assim, ao mov. 945, em 27/08/2021, foi proferida nova decisão de aprovação do PRJ e concessão da RJ, resultando no decurso de 1033 dias entre os eventos em tela.	Mov. 945.1
Item 2.3.6.7	Qual o tempo decorrido entre: a distribuição da inicial e a convalidação em falência: em caso de plano rejeitado pela assembleia de credores; ___ dias (indicar número) e em caso de recuperação judicial concedida; 1033 dias	O pedido de Recuperação Judicial foi realizado em 29/10/2018, tendo sido proferida decisão aprovando o PRJ e concedendo a RJ ao mov. 560 (05/06/2020). Ocorre que o Agravo de Instrumento nº 0039354-16.2020.8.16.0000 declarou nula a mencionada decisão, determinando que o juízo de origem proferisse nova decisão sanando os todos os questionamentos das Objeções de crédito. Assim, ao mov. 945, em 27/08/2021, foi proferida nova decisão de aprovação do PRJ e concessão da RJ, resultando no decurso de 1033 dias entre os eventos em tela.	Mov. 945.1
Item 2.3.6.8	Qual o tempo decorrido entre: a distribuição da inicial até a apresentação do quadro geral de credores; 163 dias	A Recuperação Judicial foi distribuída em data de 29/10/2018 e a relação de credores elaborada pela Administradora Judicial foi apresentada em data de 10/04/2019, após 163 dias.	Mov. 121
Item 2.3.6.9	Qual o tempo decorrido entre: a duração da suspensão prevista no art. 6º, § 4º, da Lei 11.101/05; 365 dias	A suspensão foi determinada em 05/12/2018 (seq. 21), tendo sido deferida a prorrogação em data de 09/07/2019, até a data da realização da AGC, que aprovou o Plano de Recuperação em 1ª Convocação, em data de 06/12/2019.	Mov. 145 e 517



Informações Processuais

No mês em apreço, o representante ministerial exarou seu parecer no sentido de ciência quanto a decisão que homologou o Plano de Recuperação Judicial e concedeu a Recuperação Judicial à Recuperanda, bem como de concordância ao exarado pela Administradora Judicial quanto a exigência de certidões negativas a possibilitar a homologação do PRJ. Em sede recursal, foram apresentadas contrarrazões pela Recuperanda, nos Agravos de Instrumento interpostos pelo Banco Santander (Brasil) S.A. e Banco Bradesco S.A., os quais ainda estão em trâmite processual.

Item 2.3.6.10	O tempo decorrido desde a distribuição da inicial e extinção da recuperação judicial (quando não convalidada em falência); ____ dias	Evento não ocorrido.	-
Item 2.3.7	Aprovação do plano de recuperação judicial ocorreu na forma prevista no art. 58 §1º da Lei 11.101/05 (cram down): (x) sim () não	O Plano de Recuperação Judicial foi aprovado por cram down.	Mov. 560
Item 2.3.8	Houve recurso contra a decisão que concedeu a recuperação judicial: (x) sim () não. Em caso positivo, o plano foi: (x) mantido integralmente () mantido em parte () anulado	O Plano de Recuperação Judicial foi homologado nos termos apresentados pela Recuperanda.	Mov. 560
Item 2.3.9	Houve a apresentação de plano especial na forma prevista nos arts. 70 e ss. da Lei 11.101/05 (quando aplicável): () sim (X) não	Não houve pedido de plano especial.	-
Item 2.3.10	Houve a realização de leilão para venda de filial ou UPI na forma prevista no art. 60 da Lei 11.101/05: () sim (X) não	Evento não ocorrido.	-
Item 2.3.10.1	Em caso positivo, sobre o item 2.3.10, o leilão foi realizado: () antes () depois () antes e depois (se mais de um leilão e em diferentes momentos da assembleia geral de credores para deliberação do plano de recuperação	Evento não ocorrido.	-
Item 2.3.10.2	Em caso positivo, sobre o item 2.3.10, houve recurso contra a decisão que deferiu ou indeferiu a alienação de filial ou UPI: () sim () não	Evento não ocorrido.	-
Item 2.3.10.3	Em caso positivo, sobre o item 2.3.10, na hipótese de recurso, a realização do leilão foi: () autorizada () rejeitada	Evento não ocorrido.	-



Informações Processuais

No mês em apreço, o representante ministerial exarou seu parecer no sentido de ciência quanto a decisão que homologou o Plano de Recuperação Judicial e concedeu a Recuperação Judicial à Recuperanda, bem como de concordância ao exarado pela Administradora Judicial quanto a exigência de certidões negativas a possibilitar a homologação do PRJ. Em sede recursal, foram apresentadas contrarrazões pela Recuperanda, nos Agravos de Instrumento interpostos pelo Banco Santander (Brasil) S.A. e Banco Bradesco S.A., os quais ainda estão em trâmite processual.

Item 2.3.11	Houve a alienação de bens na forma prevista no art. 66 da Lei 11.101/05: () sim (X) não (Em caso positivo, a alienação foi realizada: () antes () depois () antes e depois (se mais de uma alienação e em diferentes momentos da assembleia geral de credores para deliberação do plano de recuperação)	Evento não ocorrido.	-
Item 2.3.12	Houve a concessão de financiamento ao devedor aprovado pelo Juízo no curso da recuperação judicial: () sim (X) não (Em caso positivo, houve a outorga de garantia real () sim () não) e (Em caso de outorga, a garantia constituída foi () alienação fiduciária () cessão fiduciária () hipoteca () penhor () outro direito real de garantia)	Evento não ocorrido.	-
Item 2.3.13	Houve pedido de modificação do plano após a concessão de recuperação judicial () sim () não	Evento não ocorrido.	-
Item 2.3.13.1	Em caso positivo, sobre o item 2.3.13, o pedido foi formulado: ____ (indicar número) dias contados da distribuição da inicial e (indicar número) dias contados da concessão da recuperação judicial	Evento não ocorrido.	-
Itens 2.3.13.2 e 2.3.13.3	Em caso positivo, sobre o item 2.3.13, o plano modificativo foi: () aprovado () rejeitado e em quanto tempo a contar da sua apresentação o plano de recuperação modificativo foi aprovado ou rejeitado: ____ (indicar número) dias	Evento não ocorrido.	-
Item 2.3.14	Indique a razão da convalidação da recuperação judicial em falência: [inserir campo de texto] (ex: não apresentação do plano de recuperação judicial no prazo legal, descumprimento do plano de recuperação judicial, etc.).	Evento não ocorrido.	-



Informações Processuais

No mês em apreço, o representante ministerial exarou seu parecer no sentido de ciência quanto a decisão que homologou o Plano de Recuperação Judicial e concedeu a Recuperação Judicial à Recuperanda, bem como de concordância ao exarado pela Administradora Judicial quanto a exigência de certidões negativas a possibilitar a homologação do PRJ. Em sede recursal, foram apresentadas contrarrazões pela Recuperanda, nos Agravos de Instrumento interpostos pelo Banco Santander (Brasil) S.A. e Banco Bradesco S.A., os quais ainda estão em trâmite processual.

Item 2.3.15	Houve fixação de honorários mensais ao Administrador Judicial: (X) sim () não (Em caso positivo, indicar o valor mensal da remuneração)	No seq. 94, a Administradora Judicial propôs que o pagamento da remuneração em 20 (vinte) parcelas de iguais e sucessivas no valor de R\$ 4.206,68 (quatro mil duzentos e seis reais e sessenta e oito centavos), com vencimento todo dia 05 (cinco) de cada mês, a qual não se opôs a Recuperanda.	Mov. 94 e 126.
Item 2.3.15.2	Indicar o valor total da remuneração fixada ao Administrador Judicial	Remuneração da Administradora Judicial no valor de R\$ 84.133,62 (oitenta e quatro mil, cento e trinta e três reais e sessenta e dois centavos), equivalente a 1,5% dos valores devidos aos credores sujeitos à Recuperação Judicial, vide decisão de nomeação proferida pelo juízo.	Mov. 21



Informações Processuais

No mês em apreço, o representante ministerial exarou seu parecer no sentido de ciência quanto a decisão que homologou o Plano de Recuperação Judicial e concedeu a Recuperação Judicial à Recuperanda, bem como de concordância ao exarado pela Administradora Judicial quanto a exigência de certidões negativas a possibilitar a homologação do PRJ. Em sede recursal, foram apresentadas contrarrazões pela Recuperanda, nos Agravos de Instrumento interpostos pelo Banco Santander (Brasil) S.A. e Banco Bradesco S.A., os quais ainda estão em trâmite processual.

7.2 ANDAMENTO PROCESSUAL

A empresa ajuizou seu pedido de Recuperação Judicial no dia 29/10/2018, ocorrendo durante o período sob análise os seguintes atos processuais nos autos:

Data	Evento	Mov.
30/11/2021	Parecer do representante ministerial exarando ciência quanto a decisão de seq. 945, quanto a homologação do Plano de Recuperação. Em relação aos Agravos, se pronunciou no sentido de aguardar decisão do TJPR e, quanto aos embargos opostos pelo Estado do Paraná e pela União em relação a exigência de certidões negativas a possibilitar a homologação do PRJ da empresa Recuperanda, concordou com o parecer da Administradora Judicial.	1025

7.3 RECURSOS

Além dos autos de Recuperação Judicial, tramitam ou tramitaram neste juízo ou instâncias superiores, contra a Recuperanda outras ações relacionadas, sendo:

Processo	Partes	Situação
Agravo de Instrumento autos nº 0039476-63.2019.8.16.0000	Cooperativa de Poupança e Crédito de Livre Admissão da Região de Maringá - Sicoob Metropolitano X I. Pinheli e Vian Ferragens para Construção LTDA	A Agravante (Sicoob Metropolitano) interpôs Agravo de Instrumento com pedido antecipação da tutela recursal, em caráter liminar, da decisão que deferiu a livre movimentação das contas correntes da empresa, ressalvados apenas os créditos de cessão fiduciária (mov. 1.9). Em decisão inicial o pedido de tutela recursal foi indeferido. Em manifestação, a Administradora Judicial entendeu por manter a decisão agravada nos seus exatos termos. Em contrarrazões, a Recuperanda pugnou pela manutenção da decisão agravada, requereu ainda o cabimento de multa pelo descumprimento da ordem. Outrossim, o Ministério Público se manifestou no sentido de reformar a decisão agravada, a fim de permitir os descontos na conta corrente da Recuperanda. Isto posto, salienta-se que os autos estão conclusos para despacho do Relator Desembargador. O recurso foi incluído em pauta de 13/04/2020 até 17/04/2020. Conforme mov. 40 em 20/04/2020 o recurso foi conhecido e provido. Juntada do acórdão com o provimento do recurso em 24/05/2020, ao mov. 41.1. Em 31/07/2020 foi expedida certidão de trânsito em julgado do recurso pela secretária.



Informações Processuais

No mês em apreço, o representante ministerial exarou seu parecer no sentido de ciência quanto a decisão que homologou o Plano de Recuperação Judicial e concedeu a Recuperação Judicial à Recuperanda, bem como de concordância ao exarado pela Administradora Judicial quanto a exigência de certidões negativas a possibilitar a homologação do PRJ. Em sede recursal, foram apresentadas contrarrazões pela Recuperanda, nos Agravos de Instrumento interpostos pelo Banco Santander (Brasil) S.A. e Banco Bradesco S.A., os quais ainda estão em trâmite processual.

Agravo de Instrumento autos nº 0037529-71.2019.8.16.0000	Banco Bradesco S.A. X I. Pinheli e Vian Ferragens para Construção LTDA	<p>O Agravante (Banco Bradesco S.A.) interpôs agravo de instrumento com pedido de efeito suspensivo ativo, contra a decisão proferida (mov. 1.9), que prorroga o prazo de suspensão das ações (stay period), sob a alegação de que é suscetível de causar-lhe grave lesão e difícil reparação, além de ofender dispositivo legal.</p> <p>Na decisão inicial, o pedido de efeito suspensivo foi negado e manteve-se a decisão que prorrogou o prazo de suspensão por mais 180 dias.</p> <p>Em manifestação, a Administradora Judicial e o Ministério Público entenderam pela manutenção da decisão a quo nos seus exatos termos.</p> <p>A agravada apresentou contrarrazões e igualmente pugnou pela manutenção da decisão agravada.</p> <p>O acórdão foi juntado no mov. 34 negando provimento ao recurso.</p> <p>Por fim, houve o decurso do prazo para a Agravada sobre a juntada do acórdão, sem manifestação.</p> <p>Em 20/02/2020 foi expedida certidão de trânsito em julgado do recurso pela secretária.</p>
--	--	---



Informações Processuais

No mês em apreço, o representante ministerial exarou seu parecer no sentido de ciência quanto a decisão que homologou o Plano de Recuperação Judicial e concedeu a Recuperação Judicial à Recuperanda, bem como de concordância ao exarado pela Administradora Judicial quanto a exigência de certidões negativas a possibilitar a homologação do PRJ. Em sede recursal, foram apresentadas contrarrazões pela Recuperanda, nos Agravos de Instrumento interpostos pelo Banco Santander (Brasil) S.A. e Banco Bradesco S.A., os quais ainda estão em trâmite processual.

Agravos de Instrumento autos nº 0039354-16.2020.8.16.0000	Banco Santander (Brasil) S.A. X I. Pinheli e Vian Ferragens para Construção LTDA	<p>A Agravante (Banco Santander (Brasil) S.A.) interpôs Agravo de Instrumento, da decisão de mov. 560 dos autos originais, a qual concedeu o instituto da Recuperação Judicial à Recuperanda, por cram down.</p> <p>Em manifestação, a Administradora Judicial entendeu por manter a decisão agravada nos seus exatos termos (mov. 69.1).</p> <p>A Recuperanda, por sua vez, apresentou contrarrazões no sentido de que seja mantida a decisão recorrida, uma vez que a assembleia é soberana para deliberar sobre as condições do plano (mov. 84). O packet, ao final, entendeu pela manutenção da sentença, dando provimento ao recurso apenas no que se refere a cláusula de supressão das garantias, por entender ser ilegal (mov. 87).</p> <p>No mov. 91, o relator determinou fosse expedida intimação para as partes se manifestarem no prazo de 5 (cinco) dias, considerando a possibilidade de ser declarada a nulidade da decisão recorrida. Em atenção a intimação do juízo, o Agravante, Ministério Público, Administrador Judicial e a Recuperanda reiteraram suas razões já apresentadas nos autos recursais, tendo sido proferido despacho pelo relator, no mov. 134, para que se proceda ao encaminhamento dos autos ao Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau.</p> <p>Ao mov. 219, foi proferido acórdão julgando prejudicado o recurso interposto, uma vez que reconhecida a omissão quanto aos argumentos deduzidos pelo credor, hábeis, em tese, a informar a conclusão adorada pelo juízo a quo. Ainda, julgou não ter sido realizado o controle de legalidade do Plano, razão pela qual declarou nula a decisão objurgada, devendo retornar os autos à origem, para que haja novo pronunciamento. O Ministério Público manifestou de ciência do acórdão proferido, ao mov. 242.</p> <p>Ao mov. 271 e 242, a Recuperanda e Administradora Judicial, respectivamente, manifestam ciência quanto a juntada do acórdão de mov. 219.</p> <p>Ao mov. 286, foi certificado o trânsito em julgado da decisão, em data de 19/05/2021, procedendo-se a baixa dos autos ao juízo de origem.</p>
---	--	--



Informações Processuais

No mês em apreço, o representante ministerial exarou seu parecer no sentido de ciência quanto a decisão que homologou o Plano de Recuperação Judicial e concedeu a Recuperação Judicial à Recuperanda, bem como de concordância ao exarado pela Administradora Judicial quanto a exigência de certidões negativas a possibilitar a homologação do PRJ. Em sede recursal, foram apresentadas contrarrazões pela Recuperanda, nos Agravos de Instrumento interpostos pelo Banco Santander (Brasil) S.A. e Banco Bradesco S.A., os quais ainda estão em trâmite processual.

<p>Agravo de Instrumento autos nº 0059332-76.2020.8.16.0000</p>	<p>Banco Bradesco S/A x I. Pinheli e Vian Ferragens para Construção LTDA</p>	<p>O credor interpôs recurso de Agravo de Instrumento contra a decisão que homologou o Plano de Recuperação Judicial e concedeu a Recuperação Judicial à empresa Recuperanda, uma vez que entendeu inexistir controle de legalidade e nulidade em determinadas cláusulas. Devidamente intimada, a empresa Recuperanda apresentou Contrarrazões ao Agravo de Instrumento no mov. 108, defendendo a soberania da Assembleia Geral de Credores, razão pela qual não há que se tratar de nulidade da decisão que o homologou e/ou de quaisquer cláusulas previstas no PRJ (carência, termo de início, deságio, suspensão de garantia fidejussória).</p> <p>No mov. 110, a Relatora determinou a remessa dos autos à Procuradoria Geral da Justiça.</p> <p>No mov. 113 (13/11/2020), por sua vez, o paquet exarou seu parecer entendendo pela nulidade da cláusula de supressão de garantias bem como pela fixação da contagem de carência sendo do trânsito em julgado da decisão homologatória do Plano, uma vez que futuro e incerto, extrapolando a vontade das partes, devendo, ao revés, ser contado a partir da data da mencionada decisão. Manifestação favorável ao provimento do recurso.</p> <p>O relatório do recurso foi realizado, incluído em pauta para sessão virtual a ser realizada de 22/02/2021 a 26/02/2021, porém, no mov. 141, a Relatora, Ângela Maria Machado Costa, determinou a suspensão dos autos, considerando que foi interposto o recurso nº 0039354-16.2020.8.16.0000 contra a mesma decisão, na qual pende pedido de nulificação da decisão, e que a decisão a ser proferida detém relação de prejudicialidade neste.</p> <p>Considerando o acórdão proferido àquele procedimento, restou determinada a intimação das partes para se manifestarem, cf. mov. 287.</p> <p>Ao mov. 313, o Agravante informou o julgamento do Agravo de Instrumento nº 0039354-16.2020.8.16.0000, que anulou a sentença que homologou o PRJ, entendendo que o recurso em tela perdeu seu objeto.</p> <p>Ao mov. 334, Administradora Judicial manifestou ciência ao mov. 287, informando inexistir requerimentos.</p> <p>Ao mov. 351, em 09/11/2021, foi proferido decisum julgando prejudicado o recurso, tendo em vista que a decisão recorrida foi anulada pelo julgamento do recurso de Agravo de Instrumento nº 0039354-16.2020.8.16.0000, de modo que esta foi retirada do mundo jurídico, acarretando, assim, a perda superveniente de seu objeto, nos termos do art. 932, III, do CPC.</p> <p>Renúncia do Agravante ao mov. 379 e ciência da Recupranda ao mov. 403.</p> <p>Aguardando trânsito em julgado da decisão de mov. 351.</p>
---	--	---

Informações Processuais

No mês em apreço, o representante ministerial exarou seu parecer no sentido de ciência quanto a decisão que homologou o Plano de Recuperação Judicial e concedeu a Recuperação Judicial à Recuperanda, bem como de concordância ao exarado pela Administradora Judicial quanto a exigência de certidões negativas a possibilitar a homologação do PRJ. Em sede recursal, foram apresentadas contrarrazões pela Recuperanda, nos Agravos de Instrumento interpostos pelo Banco Santander (Brasil) S.A. e Banco Bradesco S.A., os quais ainda estão em trâmite processual.

Agravos de Instrumento autos nº 0061010- 29.2020.8.16.0000	Cooperativa de Poupança e Crédito de Livre Admissão da Região de Maringá- Sicoob Metropolitano x I. Pinheli e Vian Ferragens para Construção LTDA	<p>A Agravante interpôs recurso de Agravo de Instrumento intentando a restituição dos valores transferidos à conta da Recuperanda diante da determinação do juízo a quo, uma vez que seu crédito é extraconcursal, restando legitimando a perseguir seu crédito.</p> <p>Em sede de liminar, restou deferido o pedido, sendo intimado o Agravado, Recuperanda, para depositar o importe ao credor.</p> <p>Na data de 18/11/2020, mov. 110, a Recuperanda interpôs Agravo Interno (0061010-29.2020.8.16.0000 Ag1) e, na mesma data (mov. 111), apresentou Contrarrazões ao Agravo de Instrumento, alegando que a empresa já utilizou a quantia para o fomento de sua atividade empresarial, de modo que não mais dispõe dos recursos para fazer frente ao depósito determinado. Lado outro, sua obrigatoriedade trará risco de inviabilidade do PRJ e possível convalidação do feito em falência.</p> <p>Ao mov. 117, o packet proferiu parecer no sentido de que seja conhecido e desprovido o presente recurso, ante a impossibilidade de se determinar o reembolso pretendido, pois se trata de crédito declarado como extraconcursal que, todavia, deve ser perseguido pelas vias próprias, sob pena de se inviabilizar o instituto da recuperação judicial e contrário ao princípio da preservação da empresa.</p> <p>Ao mov. 166, foi proferido acórdão julgando improvido o recurso, sob o argumento de que os valores descontados pela instituição bancária e oportunamente devolvidos por determinação judicial, não podem ser reavidos nos autos de recuperação judicial, por conta de sua especial natureza. Ao contrário, devem ser solicitados e deferidos em autos próprios, vocacionados à cobrança dos créditos em análise.</p> <p>A Administradora Judicial manifestou ciência ao mov. 194 e, a Recuperanda, ao mov. 218.</p> <p>Quanto aos credores, foi certificado o decurso do prazo nos autos bem como o trânsito em julgado, remetendo aos autos de origem.</p>
--	--	--



Informações Processuais

No mês em apreço, o representante ministerial exarou seu parecer no sentido de ciência quanto a decisão que homologou o Plano de Recuperação Judicial e concedeu a Recuperação Judicial à Recuperanda, bem como de concordância ao exarado pela Administradora Judicial quanto a exigência de certidões negativas a possibilitar a homologação do PRJ. Em sede recursal, foram apresentadas contrarrazões pela Recuperanda, nos Agravos de Instrumento interpostos pelo Banco Santander (Brasil) S.A. e Banco Bradesco S.A., os quais ainda estão em trâmite processual.

<p>Agravo Interno autos nº 0061010- 29.2020.8.16.0000 Ag1</p>	<p>I. Pinheli e Vian Ferragens para Construção LTDA x Cooperativa de Poupança e Crédito de Livre Admissão da Região de Maringá-Sicoob Metropolitano</p>	<p>A empresa Recuperanda interpôs Agravo Interno em data de 18/11/2020, alegando impossibilidade de cumprimento da liminar por ausência de recurso financeiro, bem como pelo perigo de dano inverso e sua atividade empresarial, prejudicando, inclusive, no cumprimento do Plano de Recuperação Judicial.</p> <p>Em data de 23/11/2020 (mov. 4), foi proferido despacho determinando a intimação do Agravado para, querendo, se manifestar acerca do recurso interposto no prazo de 15 (quinze) dias.</p> <p>No mov. 45, em 15/01/2021, foram apresentadas as Contrarrazões de Agravo Interno pela Cooperativa de Poupança e Crédito de Livre Admissão da Região de Maringá – Sicoob Metropolitano, alegando, em síntese: (i) a determinação de devolução de valores não se trata de penalização à Recuperanda, mas sim de correção de um ato ilícito, não admitindo a transferência injusta de patrimônio; (ii) a instituição financeira aceita parcelamento para restituição da quantia devida, contudo, a Recuperanda não demonstrou interesse na composição amigável; (iii) necessária manutenção da liminar que determinou a restituição de valores. Deste modo, o i. desembargador despachou no mov. 47 (19/01/2021), determinando a intimação do Administrador Judicial para que se manifeste sobre o recurso interposto e, após, para seja aberta vistas à Procuradoria Geral da Justiça.</p> <p>Ao mov. 139, foi proferido acórdão reconhecendo o direito do credor já exarado em decisão com trânsito em julgado, em sede de Agravo de Instrumento, razão pela qual manteve a determinação de devolução dos valores indevidamente levantados e aplicados pela Recuperanda. Conheceu o recurso e, no mérito, não provido. Ciência do Ministério Público ao mov. 164 e da Administradora Judicial, ao mov. 195.</p> <p>Ao mov. 207, foi certificado que não houve interposição de recurso por nenhuma das partes, atingindo o transito em julgado em 10/09/2021, tendo havido a baixa definitiva dos autos.</p>
---	---	---

Informações Processuais

No mês em apreço, o representante ministerial exarou seu parecer no sentido de ciência quanto a decisão que homologou o Plano de Recuperação Judicial e concedeu a Recuperação Judicial à Recuperanda, bem como de concordância ao exarado pela Administradora Judicial quanto a exigência de certidões negativas a possibilitar a homologação do PRJ. Em sede recursal, foram apresentadas contrarrazões pela Recuperanda, nos Agravos de Instrumento interpostos pelo Banco Santander (Brasil) S.A. e Banco Bradesco S.A., os quais ainda estão em trâmite processual.

Agravos de Instrumento autos nº 0058681-10.2021.8.16.0000	Banco Santander (Brasil) S/A. x I. Pinheli e Vian Ferragens para Construção LTDA	<p>A Agravante (Banco Santander (Brasil) S.A.) interpôs Agravo de Instrumento, da decisão de mov. 945 dos autos de origem, que homologou Plano de Recuperação Judicial por cram down alegando não ter havido o devido controle de legalidade, e concedendo a recuperação judicial à Agravada. Pleiteou, liminarmente, pela concessão do efeito ativo, para que não fosse suspensa a exigibilidade dos créditos contra os garantidores e coobrigados em geral e que as execuções contra os garantidores não fossem suspensas, ao menos até o julgamento final do presente recurso.</p> <p>Em mov. 46, restou indeferida a liminar pretendida, uma vez que entendeu que a alegada possibilidade de desfazimento do patrimônio dos devedores apareceu como argumento retórico, sem correspondência fática que viesse objetivamente demonstrada.</p> <p>Ao mov. 114, a Administradora Judicial se manifestou no sentido de que seja mantida a decisão agravada nos seus exatos termos e, ao mov. 115, foi apresentada Contrarrazões pela Recuperanda, ora Agravada.</p> <p>Recurso ainda em trâmite.</p>
Agravos de Instrumento autos nº 0061626-67.2021.8.16.0000	Banco Bradesco S/A x I. Pinheli e Vian Ferragens para Construção LTDA	<p>A Agravante (Banco Bradesco S.A.) interpôs Agravo de Instrumento, da decisão de mov. 945 dos autos de origem, que homologou Plano de Recuperação Judicial por cram down alegando não ter havido o devido controle de legalidade, e concedendo a recuperação judicial à Agravada. Pleiteou, liminarmente, pela autorização de adoção e/ou continuidade das medidas judiciais e extrajudiciais em face dos coobrigados.</p> <p>Em mov. 56, restou deferida a liminar pretendida, concedendo o efeito ativo ao recurso, uma vez que o credor em tela não anuiu com a cláusula de supressão das garantias, consoante entendimento do e. STJ. Assim, determinou a comunicação ao juízo de origem e a intimação da Recuperanda para apresentar contrarrazões.</p> <p>Ao mov. 103, a Administradora Judicial se manifestou no sentido de que seja mantida a cláusula do PRJ que prevê a supressão das garantias reais ou fidejussórias, sendo apresentada a ressalva de sua aplicabilidade apenas aos credores que a ela anuíram, sendo ineficaz àqueles discordantes, omissos, ou ausentes à deliberação.</p> <p>Ao mov. 115, foi apresentada Contrarrazões pela Recuperanda, ora Agravada.</p> <p>Recurso ainda em trâmite.</p>



Informações Processuais

No mês em apreço, o representante ministerial exarou seu parecer no sentido de ciência quanto a decisão que homologou o Plano de Recuperação Judicial e concedeu a Recuperação Judicial à Recuperanda, bem como de concordância ao exarado pela Administradora Judicial quanto a exigência de certidões negativas a possibilitar a homologação do PRJ. Em sede recursal, foram apresentadas contrarrazões pela Recuperanda, nos Agravos de Instrumento interpostos pelo Banco Santander (Brasil) S.A. e Banco Bradesco S.A., os quais ainda estão em trâmite processual.

Eventos ocorridos
Eventos Futuros

7.4 CRONOGRAMA PROCESSUAL

Data	Evento
29/10/2018	Ajuizamento do pedido de Recuperação Judicial (art. 51 LFRJ)
05/12/2018	Deferimento do Processamento da Recuperação Judicial (art. 52 LFRJ)
12/12/2018	Publicação de Edital de deferimento do processamento da RJ no Diário de Justiça Eletrônico do TJPR (art. 52, §1º LFRJ)
12/12/2018	Assinatura do Termo de Compromisso pela Administradora Judicial (art. 33 LFRJ)
04/02/2019	Decurso do prazo para apresentação de Habilitações e Divergências de Créditos pelos Credores diretamente à Administradora Judicial (art. 7º, §1º LFRJ)
20/02/2019	Apresentação do Plano de Recuperação Judicial pela Recuperanda (art. 53 LFRJ)
10/04/2019	Apresentação da Relação de Credores elaborada pela Administradora Judicial (art. 7º, §2º LFRJ)
19/08/2019	Publicação de Edital aviso de recebimento do PRJ e Relação de Credores do AJ no Diário de Justiça Eletrônico do TJPR (art. 53 e 7º, §2º LFRJ)
02/09/2019	Decurso do prazo para apresentação de Impugnação à Relação Nominal de Credores apresentada pela Administradora Judicial pelos Credores (art. 8º LFRJ)
30/09/2019	Decurso de prazo para apresentação de Objeções ao Plano de Recuperação Judicial pelos Credores (art. 55, parágrafo único LFRJ)
31/10/2019	Publicação do Edital de convocação para votação do PRJ em AGC (art. 56, §1º LFRJ)
06/12/2019	Decurso de prazo de suspensão do curso da prescrição de ações e execuções contra a Recuperanda – 180 dias após o deferimento da RJ, salvo eventuais prorrogações (art. 6º, §4º LFRJ)
10/09/2020	Homologação do Quadro Geral de Credores (art. 18 LFRJ)
27/08/2021	Homologação do Plano de Recuperação Judicial (art. 58 LFRJ)
	Término do período de fiscalização judicial (art. 61 LFRJ)

8. GLOSSÁRIO



Glossário

AGC – Assembleia Geral de Credores
AI – Agravo de Instrumento
AJ – Administradora Judicial
ART. – Artigo
CCB – Cédula de Crédito Bancário
DJE – Diário de Justiça Eletrônico
DES – Desembargador (a)
DRE – Demonstração de Resultado do Exercício
ED – Embargos de Declaração
EIRELI - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada
EPP – Empresa de Pequeno Porte
ICMS – Imposto de Circulação sobre Mercadorias e Serviços
INC. - Inciso
LFRJ – Lei de Falência e Recuperação Judicial (Lei 11.101/2005)
LTDA – Limitada
ME – Microempresa
MM. – Meritíssimo
M – Milhão
MOV. - Movimentação
PERT – Programa Especial de Regularização Tributária
PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
QGC – Quadro Geral de Credores
RJ – Recuperação Judicial
Rel. – Relator (a)
Recuperanda – I. Pinheli e Vian Ferragens para Construção LTDA-ME
Resp – Recurso Especial
RMA – Relatório Mensal de Atividades
RNC – Relação Nominal de Credores
ROA – Retorno sobre ativo total
ROE - Retorno sobre patrimônio líquido
S. A. – Sociedade Anônima
STJ – Superior Tribunal de Justiça
TJPR – Tribunal de Justiça do Paraná
TJSP - Tribunal de Justiça de São Paulo
TRF – Tribunal Regional Federal
PRJ – Plano de Recuperação Judicial
§ - Parágrafo



9. ANEXOS



Processo 0011331-18.2018.8.16.0069
Recuperanda: VINÍCIUS E VÂNIA FERREIRAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA ME - Administradora Judicial: M. Marques Sociedade Individual de Advocacia | Representante Legal e Profissional Responsável: Marcio Roberto Marques

Anexo I

FOTOS DA INSPEÇÃO FÍSICA

Durante o período sob análise – Novembro de 2021 – esta Administradora Judicial realizou inspeção física nas dependências da Recuperanda.





CURITIBA/PR

Av. Cândido de Abreu, nº776, Sala 1306,
Edifício World Business, Centro Cívico
CEP 80.530-000
(41) 3206-2754 / (41) 99189-2968


MARINGÁ/PR

Av. João Paulino Vieira Filho, nº625, Sala 906,
Edifício New Tower Plaza, Torre II, Zona 01
CEP 87.020-015
(44) 3226-2968 / (44) 99127-2968

SÃO PAULO/SP

Av. Paulista, nº 302 - 9º Andar
Ed. José Martins Borges - Bela Vista
CEP 01.310-000
(11) 3135-6549 / (11) 98797-8850

www.marquesadmjudicial.com.br
marcio@marquesadmjudicial.com.br

   /marquesadmjudicial



Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJX4Y 9ZTQ8 MT3ZV WVYTK